

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**POTENCIALIDADES E OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO DA  
AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO SERRA CATARINENSE**

Estudo de caso sobre a Cooperativa Ecoserra

**MARCELO OMETTO FILIPPINI**

FLORIANÓPOLIS

2009

**MARCELO OMETTO FILIPPINI**

**POTENCIALIDADES E OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO DA  
AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO SERRA CATARINENSE**

Estudo de caso sobre a Cooperativa Ecoserra

**Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
em Ciências Sociais, apresentado ao curso de  
Ciências Sociais, Departamento de Ciências  
Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.**

**Professor Orientador: Prof.º. Dr.º. Paulo Henrique  
Freire Vieira**

FLORIANÓPOLIS,

2009

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ADM – Associação de Desenvolvimento da Microbacia
- AFAOC – Associação de Famílias Agroecológicas de Otacílio Costa
- AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana
- ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal
- ATER – assistência técnica em extensão rural
- AVICITECS – Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde
- CEB – Comunidades Eclesiais de Base
- CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
- CIAT – Comissão de Implantação de Ações Territoriais
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CODETER - Colegiado de Desenvolvimento Territorial de Santa Catarina
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
- CONSAD – Consórcio Nacional de Segurança Alimentar
- CONSEA – Conselho Nacional de Segurança alimentar e Nutricional
- CRESOL – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
- CPR – Cédula de Produção Rural
- DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável
- DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
- EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.
- FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDS – Índice de Desenvolvimento Social
- MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MB2 – Projeto Microbacias 2
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NMD – Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento

ONG – Organização não governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA</b>	<b>1:</b> Território Serra Catarinense_____	34
<b>FIGURA</b>	<b>2:</b> Território Rural Serra Catarinense _____	36
<b>FIGURA</b>	<b>3:</b> Territórios Rurais Apoiados no Estado de Santa Catarina_____	36
<b>FIGURA</b>	<b>4:</b> Paisagem típica de áreas reflorestadas com <i>pinus</i> _____	42
<b>FIGURA</b>	<b>5:</b> Reflorestamento de <i>pinus</i> implantado na região de Lages_____	43
<b>FIGURA</b>	<b>6:</b> Mapa de Rotas do Circuito de Comercialização da Rede Ecovida	62

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1:</b>	Tipo, número e valor da porcentagem das unidades agrícolas – Brasil e SC _____	21
<b>TABELA 2:</b>	Indicadores de Pobreza/ Território Serra Catarinense/ SC _____	40
<b>TABELA 3:</b>	População total e por situação de domicílio, nos municípios da região de Campos de Lages (SC) _____	41
<b>TABELA 4:</b>	Organizações que atualmente integram o Circuito _____	60
<b>TABELA 5:</b>	Tempo de envolvimento dos associados da Ecoserra com produção agroecológica _____	64
<b>TABELA 6:</b>	Sugestões dos associados _____	65

*Para os agricultores, artesãos e  
consumidores da Cooperativa Ecoserra*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus amigos e toda a minha família, especialmente a meu pai e minha mãe, que sempre respeitaram e apoiaram minhas decisões. A minha irmãzinha Cacá, por alegrar nossos dias.

A toda população brasileira por ter me permitido uma formação universitária inteiramente pública.

Ao Paulo Vieira, professor com quem eu pude aprender muito durante minha formação no curso de Ciências Sociais.

Ao professor Ademir Cazella, pelo acompanhamento e sugestões atenciosas desde o início desta pesquisa.

A Cooperativa Ecoserra, especialmente Fabiano de Andrade, Eliane dos Reis e Lauro Pires que me acolheram muito bem no período do meu trabalho de campo. Ao Fábio Anderson e Elaine Vicente, pela acolhida, conversas e pelo aprendizado.

A Fátima de Souza, sua família e todos os integrantes da Associação de Famílias Agroecológicas de Otacílio Costa (AFAOC), pela receptividade e oportunidade de convivência no período do trabalho de campo.

Ao Selênio Sartori, Simone Aparecida e a todo o pessoal do Centro Vianei de Educação Popular, especialmente Natal João Magnanti, pela acolhida atenciosa e sugestões preciosas para este trabalho. Ao Jozete Niehues, pela acolhida, convívio e parceria no período do trabalho de campo.

Ao Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO, especialmente Marcos José de Abreu, Érika Sagae e Charles Lamb, por me aproximarem de experiências concretas de agroecologia.

Aos colegas do Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento – NMD, especialmente Eduardo Cordeiro e Juliana Adriano. A Domitila, pela ajuda paciente e atenciosa no final deste longo processo.

A minha família de Florianópolis, Kátia, Paulo, Cata, Vivi e João.

Ao Guilherme, Cida, Kiko e Pedrinho, que vivem a agroecologia a cada dia. Sou grato pelo convívio, oportunidade e aprendizado.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	04
<b>INTRODUÇÃO</b>	07
<b>CAPÍTULO 1 – REVISÃO DA LITERATURA</b>	15
1.1 – Desenvolvimento Territorial Sustentável	18
1.2 – Agricultura familiar	20
1.3 – Agroecologia	23
1.4 – Economia Solidária e Cooperativismo	28
<b>CAPÍTULO 2 – O CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO SERRA CATARINENSE</b>	34
2.1 – Características do Território Serra Catarinense	34
2.2 – Avaliação da trajetória de desenvolvimento do setor agrícola na região	39
2.3 – Caracterização sucinta do Projeto Microbacias II	43
<b>CAPÍTULO 3 – A COOPERATIVA ECOSERRA</b>	48
3.1 – Perfil da Cooperativa Ecoserra	48
3.2 – Estratégias de comercialização: avanços e impasses	51
3.2.1 – Características do Programa de Aquisição de Alimentos/ PAA	53
3.2.2 – Relações com o mercado atacadista de São Paulo	57
3.2.3 – O Circuito da Rede Ecovida de Agroecologia	59
<b>CAPÍTULO 4 – O PONTO DE VISTA DOS ATORES LOCAIS ENVOLVIDOS NA REDE AGROECOLÓGICA</b>	64
4.1 – O perfil dos associados da Cooperativa Ecoserra	64
4.2 – Entrevistas com a direção da Cooperativa Ecoserra	66
4.3 – Entrevistas com técnicos do Centro Vianeí	70
4.4 – Entrevistas com técnicos dos escritórios local e regional Epagri	73
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	78
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	82
<b>ANEXOS</b>	87
ANEXO 1: Questionário com os agricultores da Cooperativa Ecoserra	87
ANEXO 2: Roteiro de entrevista semi-estruturada para coordenadores, dirigentes e técnicos da Cooperativa Ecoserra e do Centro Vianeí de Educação Popular	88
ANEXO 3: Roteiro de entrevista semi-estruturada para agentes do setor público	90
ANEXO 4: Fotos do trabalho de campo	92



## **RESUMO**

O trabalho oferece subsídios preliminares para uma avaliação das potencialidades e dos obstáculos ao fortalecimento institucional de um arranjo produtivo agroecológico sediado no Território *Serra Catarinense*. Para tanto, as análises foram concentradas no resgate (i) das *dinâmicas produtivas e de comercialização* deste arranjo produtivo, sobretudo referente ao funcionamento da Cooperativa Ecoserra, (ii) dos *padrões de interação dos atores sociais* envolvidos na rede agroecológica deste território e, finalmente (iii) dos *espaços de manobra para a consolidação deste arranjo produtivo* nos próximos tempos. As evidências recolhidas indicam que as dinâmicas em curso têm contribuído positivamente para a dinamização da agricultura familiar agroecológica na região serrana, guardando sintonia com o enfoque emergente de *desenvolvimento territorial sustentável*.

## **PALAVRAS CHAVES:**

Desenvolvimento territorial sustentável, agricultura familiar, agroecologia, cooperativismo.



## INTRODUÇÃO

### Situação-problema

Até a década de 1940, 70% da população brasileira vivia no meio rural. Quatro décadas depois, a situação inverteu-se. A urbanização intensiva e descontrolada, agravada pelo êxodo rural, introduziu uma grande transformação no país, gerando inúmeros problemas: crescimento urbano desordenado, desemprego em massa e aumento do nível de subemprego, criminalidade e violência. Mesmo após a década de 1980, o êxodo rural continuou a se agravar. Em 2000, apenas 22% da população brasileira viviam no meio rural, representando “um movimento contínuo de deslocamento das residências do campo para as cidades” (GARCIA & PALMEIRA, 2001: 41).

Apesar do estado de Santa Catarina se destacar no cenário nacional como modelo de promoção da agricultura familiar, nele podemos observar a mesma tendência. O Território Serra Catarinense<sup>1</sup>, especificamente a região de Lages, é aquela onde o êxodo foi mais intenso no decorrer da última década: cerca de - 3,24% ao ano (VICENTE, 2008). De acordo com o Programa Catarinense de Inclusão Social<sup>2</sup>, “dos vinte municípios com menor Índice de Desenvolvimento Social (IDS) do Estado, seis estão situados no Território Serra Catarinense.”<sup>3</sup> Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (2000), o número de pessoas pobres e indigentes vivendo nessa região é também significativo, com destaque para os municípios de Anita Garibaldi, Cerro Negro e São José do Cerrito<sup>4</sup>.

Outro problema grave diz respeito a erosão e a diminuição da fertilidade dos solos, gerado pela monocultura de *pinus*. Este cultivo provoca o assoreamento de rios, açudes e barragens, bem como o esgotamento dos lençóis freáticos. O uso crescente e descontrolado de fertilizantes químicos solúveis no cultivo de *pinus* complexifica ainda mais a situação:

Ocorrem ainda mais efeitos negativos não só na água, mas também na terra, já que visam basicamente a produtividade e não a recuperação do solo. Decorre, assim, a desertificação de extensas áreas outrora produtivas, a intensificação do êxodo rural,

<sup>1</sup> Território Serra Catarinense: termo instituído no CODETER na Plenária Territorial do dia 21 de dezembro de 2006 (documento: Planejamento dos Territórios/ CODETER/ [www.amures.org.br](http://www.amures.org.br)).

<sup>2</sup> Instituído pela Lei 12.120 de 9 de janeiro de 2002.

<sup>3</sup> Cartilha “Rede de Agroecologia do Território do Planalto Catarinense” / Elaboração Natal João Magnanti. Lages (SC): Centro Vianei de Educação Popular, 2006, p. 03.

<sup>4</sup> Conforme Tabela da pág. 43, capítulo 2, sessão 2.2.

o desemprego no setor agrícola e o empobrecimento pela descapitalização do setor primário (SAMPAIO, 2002: 37).

Em relação à especificidade das dinâmicas de desenvolvimento socioeconômico imprimidas nesse território, podemos distinguir, por um lado, a presença de um *arranjo produtivo agroecológico* que resulta de iniciativas endógenas de criação de cooperativas e associações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Por outro, constata-se a presença de um *arranjo produtivo da madeira e papel-celulose*, vinculado ao universo empresarial. De acordo com Cazella, “o primeiro projeto tem um claro vínculo com instituições de caráter social, a exemplo de ONG, movimentos sociais e sindical ligados diretamente à agricultura familiar, enquanto o segundo tem uma inserção no setor empresarial” (CAZELLA, 2007: 5).

O cultivo de *pinus* tem provocado mudanças significativas na *paisagem* da região. Atualmente, é usada com frequência a expressão “deserto verde” para designar o fenômeno da expansão das áreas de reflorestamento com esta espécie exótica (CAZELLA, 2007). Além disso, a agricultura familiar tem sido impactada tanto em termos de instabilidade do mercado de trabalho - mediante contratações temporárias de mão-de-obra - como pelo plantio de *pinus* no interior das unidades agrícolas familiares.

O arranjo produtivo agroecológico da região serrana de Lages conta com um conjunto expressivo de parcerias externas na área governamental, mobilizando o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), além de agências internacionais como a Misereor<sup>5</sup> e a Fundação Interamericana (IAF<sup>6</sup>). No entanto, as parcerias locais com o governo demonstram-se frágeis. O escritório local e regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), o Centro Vianei de Educação Popular e a Cooperativa Ecoserra mantêm poucas conexões entre si, mesmo com o reconhecimento da importância da

---

<sup>5</sup> A **Misereor** foi fundada em 1958 como organização contra ‘a fome e a doença no mundo’. Na sua função de agência de desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha a Misereor oferece uma cooperação em espírito de parceria a todos os homens de boa vontade para combater a pobreza a nível mundial, abolir estruturas de injustiça, promover a solidariedade com os pobres e perseguidos e contribuir para a construção de ‘um mundo’. (in: [www.misereor.org](http://www.misereor.org))

<sup>6</sup> A **Fundação Interamericana** é um órgão independente do governo dos Estados Unidos que oferece doações a organizações não-governamentais e de base comunitária da América Latina e do Caribe a programas de auto-ajuda inovadores, sustentáveis e participativos. A Fundação financia primordialmente parcerias entre organizações de base e sem fins lucrativos, empresas e governos locais, destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas de baixa renda e a fortalecer a participação, responsabilidade e práticas democráticas. (in: [www.iaf.gov](http://www.iaf.gov))



integração de esforços tendo em vista o fortalecimento da agricultura familiar e a contenção do êxodo rural.

Vale a pena ressaltar ainda a atuação limitada do setor público no enfrentamento da crise agrícola vivenciada atualmente no estado. As evidências indicam que os governos locais permanecem ainda, na sua maioria, atrelados ao modelo agrícola produtivista. A Epagri, por exemplo, tem investido pouco na promoção do novo paradigma agroecológico. Além disso, os agricultores familiares mais carentes (classificados como *renda baixa e quase sem renda*) tendem a permanecer excluídos dos programas sociais executados pelo governo. De acordo com Cazella, “no caso específico do estado de Santa Catarina, comumente tido como ‘paraíso da pequena produção’, esses estratos representam 36.500 (18%) e 51.000 (25%) unidades agrícolas familiares. Ou seja, nada menos que 43% de famílias de agricultores estão fora desse suposto ‘paraíso’” (CAZELLA, 2003: 227).

Em nível nacional é possível identificar a grande diferença no repasse de recursos públicos destinados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – ou mesmo ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDICE). O primeiro desenvolve projetos e políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, através das seguintes secretarias: (i) Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), (ii) Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e (iii) Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA). Já o MAPA está vinculado ao setor empresarial e ao modelo agrícola produtivista, concentrando muito mais recursos financeiros do governo do que o MDA.

Seria também importante reconhecer a relevância da atuação do terceiro setor no campo do desenvolvimento rural em Lages. Essas organizações atuam promovendo importantes inovações voltadas para a inserção socioeconômica dos agricultores familiares da região (ANDION, 2007). Vale a pena lembrar que as primeiras organizações não governamentais (ONGs) e os chamados “novos movimentos sociais” surgiram na década de 1960, na época da ditadura. No rol dos mais importantes, Andion (2007: 110) inclui as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as associações de moradores e os grupos integrantes dos chamados “novos movimentos” no meio rural e urbano. No caso do surgimento do Centro Vianei de Educação Popular, as ligações mantidas com setores progressistas da Igreja Católica, com as CEBs e as Comissões Pastorais da Terra (CPTs), vinculadas ao ideário da Teologia da Libertação, desempenharam um papel importante.

A Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde (AVICITECS), mais conhecida como Centro Vianei de Educação Popular (uma das primeiras ONGs rurais do estado de Santa Catarina), foi fundada no ano de 1983. Contribuiu para tanto a articulação de assessores de Dirceu Carneiro<sup>7</sup>, na época à frente da prefeitura do município de Lages, e de coordenadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da região (CAZELLA, 2007: 26). Desde então, a associação vem atuando na área do desenvolvimento rural sustentável.

Há 25 anos o Centro Vianei de Educação Popular tem apoiado a dinamização dos estabelecimentos agrícolas familiares de base agroecológica ali sediados. O arranjo produtivo agroecológico é coordenado pelo Vianei. Neste arranjo, destaca-se a presença da Cooperativa Ecoserra (Cooperativa Ecológica de Agricultores, Consumidores e Artesãos da Região Serrana). É importante lembrar também que este arranjo extrapola a área de abrangência da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Lages, “reforçando a idéia de que os ‘territórios construídos’ não obedecem, necessariamente, os limites geográficos dos ‘territórios dados’” (PECQUEUR *apud* CAZELLA, 2007). O município de São Joaquim, por exemplo, pertence à sede da SDR de São Joaquim, juntamente com mais cinco municípios. No entanto, estes seis municípios da SDR de São Joaquim pertencem aos dezoito municípios do Território Serra Catarinense que fazem parte do arranjo produtivo agroecológico apoiado por estas organizações.

Atualmente o Centro Vianei de Educação Popular e a Cooperativa Ecoserra prestam assistência a 26 grupos de agricultores - e a aproximadamente 400 agricultores familiares agroecológicos – o que a torna a maior cooperativa de produtos agroecológicos do estado de Santa Catarina<sup>8</sup> – juntamente com a AGRECO<sup>9</sup> e a APACO<sup>10</sup>. Ao mesmo tempo, se levarmos em consideração que somente a SDR de Lages congrega cerca de 10.270 estabelecimentos rurais, conforme dados do penúltimo censo agropecuário, fica evidente a falta de adesão dos agricultores da região ao novo arranjo produtivo<sup>11</sup>.

<sup>7</sup> Esta gestão, de 1977-1982, ficou inclusive conhecida como experiência piloto no cenário brasileiro de Planejamento Participativo para o Desenvolvimento Sustentável municipal.

<sup>8</sup> É importante esclarecer que estamos tratando de cooperativas que trabalham com produtos agroecológicos. Há cooperativas agrícolas muito maiores no estado, no entanto não trabalham com produtos agroecológicos.

<sup>9</sup> Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral.

<sup>10</sup> Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Chapecó). Esta é uma associação mista, que trabalha com produtos agroecológicos e produtos convencionais.

<sup>11</sup> O número de 404 agricultores ecológicos corresponde apenas cerca de 4% dos estabelecimentos rurais da SDR de Lages.



Outra experiência relevante diz respeito à experiência do núcleo do Planalto Serrano da Rede Ecovida de Agroecologia, também coordenado pelo Vianei. A Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar ecológica na região Sul do Brasil e tornar politicamente mais visível o movimento agroecológico existente nesta região. A rede é formada por cerca de 150 organizações de agricultores ecológicos, 15 cooperativas de consumidores, 23 ONGs e mais de 100 feiras agroecológicas. Abrange 170 municípios disseminados pelos três estados da Região Sul (REDE ECOVIDA, 2005)<sup>12</sup> e tem por missão concretizar “um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo” (ARL, 2007: 14).

### **Questões norteadoras**

Diante do exposto, foram as seguintes as questões norteadoras do trabalho:

1. De que maneira funciona o arranjo produtivo agroecológico e o processo de comercialização dos produtos na região serrana de Lages, levando-se em conta sobretudo a experiência da Cooperativa Ecoserra?
2. Como se dá a relação da rede agroecológica com o escritório da Epagri na região?
3. Como explicar a baixa adesão dos agricultores da região em relação ao arranjo produtivo agroecológico?
4. Quais seriam os espaços de manobra tendo em vista a dinamização, o fortalecimento e a consolidação institucional progressiva do arranjo produtivo agroecológico existente na região?

---

<sup>12</sup> [www.ecovida.org.br](http://www.ecovida.org.br)

## **Objetivos**

O objetivo geral do projeto contemplava uma avaliação das condições gerais de viabilidade e fortalecimento institucional do arranjo produtivo agroecológico no Território Serra Catarinense, na região serrana de Lages, à luz do enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Mais especificamente, a intenção era:

1. Descrever e interpretar a dinâmica de funcionamento da Cooperativa Ecoserra, bem como do arranjo produtivo agroecológico;
2. Avaliar as condições de ampliação das parcerias entre o escritório da Epagri e os atores envolvidos neste arranjo produtivo agroecológico (sobretudo ao Centro Vianei e à Cooperativa Ecoserra);
3. Compreender melhor o baixo índice de adesão dos agricultores da região ao arranjo produtivo; e, finalmente,
4. Identificar e avaliar os obstáculos (socioeconômicos, socioculturais e sociopolíticos) e o potencial existente para o fortalecimento e a consolidação do arranjo produtivo agroecológico do Território Serra Catarinense.

## **Justificativa**

O trabalho foi concebido visando contribuir para o avanço das pesquisas na área da sociologia do desenvolvimento rural, por meio de um exercício de aplicação do enfoque territorial de desenvolvimento sustentável. O Território Serra Catarinense concentra alguns dos municípios mais pobres do estado e vem acusando uma diminuição significativa de sua população na última década<sup>13</sup>. Impõe-se nesse contexto a busca de dados e conhecimentos mais rigorosos que favoreçam o desenho de estratégias alternativas de desenvolvimento ecologicamente prudentes e socialmente incluídas para o contingente de agricultores familiares sediados na região.

---

<sup>13</sup> Conforme demonstrado na Tabela da pág. 41, capítulo 2, sessão 2.2.



## Metodologia

Na revisão ordenada da literatura técnica foram incluídos trabalhos relacionados às temáticas do nexos *meio ambiente & desenvolvimento*, mais especificamente do desenvolvimento territorial sustentável; da agricultura familiar, da sociologia do desenvolvimento rural, da agroecologia, da economia solidária e do cooperativismo.

A coleta de dados secundários levou em conta também o acervo da Biblioteca Central da UFSC, consultas ao Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD) e ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), do Centro Vianei de Educação Popular e do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD).

Foram realizadas dez entrevistas semi-estruturadas: cinco com profissionais da Epagri e cinco com coordenadores, dirigentes e técnicos da Cooperativa Ecoserra e do Centro Vianei de Educação Popular. Seria importante ressaltar que na entrevista semi-estruturada, ou semidirigida, o pesquisador trabalha com perguntas-guias, relativamente abertas. Neste tipo de entrevista, “esforça-se simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos, cada vez que o entrevistado deles se afastar, e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio, no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992: 194).

Além das entrevistas semi-estruturadas, foram aplicados trinta e oito questionários com os agricultores da cooperativa, com o objetivo de descrever e compreender melhor o funcionamento da cooperativa e o perfil dos agricultores, artesãos e consumidores, integrantes da cooperativa. Isto representa uma amostra de quase 10% do universo dos integrantes da cooperativa.

Mais especificamente, as entrevistas e os questionários foram aplicados de acordo com três categorias de pessoas: (1) *investigadores especializados e peritos* (de acordo com a presente pesquisa, profissionais e pesquisadores agentes do setor público); (2) *testemunhas privilegiadas* (“pessoas que, pela sua posição, pela sua ação ou pelas suas responsabilidades, tem um bom conhecimento do problema”) (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992: 69) – coordenadores, dirigentes e técnicos da Cooperativa Ecoserra e do Centro Vianei de Educação Popular; e (3) agricultores, artesãos e consumidores diretamente vinculados à Cooperativa Ecoserra.

As entrevistas foram aplicadas em três momentos distintos, de acordo com as questões norteadoras da pesquisa. No primeiro momento, elas se concentraram na busca de subsídios para uma melhor compreensão das *dinâmicas produtivas e de comercialização*, ou seja, em que medida as iniciativas em curso, promovidas pela Cooperativa Ecoserra, estão ou não contribuindo para reforçar uma economia diversificada e “plural” (LÉVESQUE, 2000, *apud* ANDION, 2007).

O segundo e o terceiro momento da entrevista se concentraram na avaliação das *dinâmicas socioculturais*, ou seja, aquelas centradas “no fortalecimento dos laços sociais locais e das redes formais e informais de cooperação entre os atores” (ANDION, 2007: 100). O desafio consistia na elucidação de como estão se processando as *relações inter-institucionais* dos atores envolvidos na rede agroecológica do Território Serra Catarinense. Finalmente, foram realizadas entrevistas centradas no entendimento das *relações interinstitucionais vigentes*, com o intuito de apreender o potencial e os obstáculos mais significativos ao *fortalecimento do arranjo produtivo agroecológico* (Cf. o quadro analítico apresentado a seguir).

O enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável compreende duas dimensões analíticas, a **dimensão empírica** e a **dimensão normativa**. O presente trabalho acentuou a segunda, na qual “a fundamentação teórica parte das abordagens do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento territorial, considerando as particularidades do ‘novo rural’. Esta análise pretende explorar o cruzamento dessas abordagens e como elas são ‘adaptadas’ pelos atores analisados” (ANDION, 2007: 99).

Procurou-se assumir uma “postura etnográfica”, implicando uma intensa convivência do pesquisador com os agricultores, técnicos e coordenadores da Cooperativa Ecoserra e do Centro Vianeí de Educação Popular<sup>14</sup>.

Vale a pena ressaltar finalmente o estágio realizado pelo pesquisador junto ao CEPAGRO, instituição parceira do Centro Vianeí e da Cooperativa Ecoserra. O contato com esta ONG favoreceu sobremaneira o estabelecimento de contatos preliminares com estas duas instituições.

---

<sup>14</sup> Foi de suma importância ter passado cerca de um mês e meio em campo (somando todas as idas a campo), onde pude realizar um trabalho de observação participante, convivendo e aprendendo no plantio com os integrantes da Associação de Famílias Agroecológicas de Otacílio Costa (AFAOC), assim como no dia-a-dia dos trabalhos de transporte e trabalhos administrativos da Cooperativa Ecoserra.



## CAPÍTULO 1 – REVISÃO DA LITERATURA



Foto: Feira Agroecológica no centro do município de Otacílio Costa

O pensamento econômico conservador não concebe o que é vivo, antropológico, ou social, a não ser sob o ângulo de uma lógica mecanicista, fragmentária, reducionista, cartesiana, simplificadora. Tudo ali tem de cair dentro de rígidas divisões disciplinares, estanques e convencionais, na maioria das vezes superadas ou obsoletas (Oliveira, 1989: 120).

Desde o século XIX o crescimento econômico foi não apenas motor, mas também modelo e regulador da economia mundial. Isso gerou consequências graves, como a destruição irremediável de civilizações rurais, culturas tradicionais, assim como a progressiva degradação da biosfera. Esta idéia de desenvolvimento, pautado na ideologia economicista foi a idéia chave dos anos do pós-guerra. Este período foi marcado pelo *mito do desenvolvimento econômico*, onde o mundo dito desenvolvido estava dividido em dois, um “capitalista” e outro “socialista”. Ambos apresentaram ao chamado terceiro mundo este modelo de desenvolvimento, intensificando assim, ainda mais, a crise socioambiental planetária (MORIN & KERN, 1995; ILLICH, 1973).

As riquezas naturais e culturais de sociedades tradicionais foram – e continuam sendo – irreversivelmente destruídas, usadas como mercadorias em nome do progresso e do crescimento econômico. A mercantilização de todas as coisas – já anunciada por Marx no século XIX – marca a sociedade industrial contemporânea. A água, os solos, o mar, as florestas, os rios, os lagos, os órgãos do corpo humano, tudo torna-se mercadoria – o que ocasiona a erosão de qualquer outro valor que não o interesse financeiro, o atrativo do lucro, a concentração de riquezas (MORIN & KERN, 1995; VIEIRA, 2002). Na sociedade industrial contemporânea “a violência estrutural está comandando a disseminação, numa escala planetária, de um estilo de desenvolvimento e de uma vida que elege como valor supremo a mercantilização progressiva de todas as esferas da existência humana” (VIEIRA, 2002: 8). Mesmo o homem, como força de trabalho, torna-se mercadoria e escravo da máquina. Desde a Revolução Industrial o homem tenta fazer com que a máquina sirva o homem, baseado na seguinte hipótese: a ferramenta pode substituir o escravo. No entanto, o domínio do homem sobre a máquina foi substituído pelo domínio da máquina sobre o homem (ILLICH, 1973).

A atual crise socioambiental planetária está relacionada ao paradigma ocidental de progresso, baseado no crescimento ilimitado e linear, de acordo com a ciência ocidental positivista. Este paradigma vê o mundo como uma máquina, algo estático e mecânico – conforme a visão newtoniana e cartesiana de ciência. É uma visão mecânica, reducionista, fragmentada e dual do universo, que permite o entendimento da Terra como um conjunto de recursos naturais, um reservatório ilimitado de matérias primas, que pode e deve ser dominado e explorado pelo homem. Esta visão de mundo concebe o ser humano *sobre* as coisas e não *junto* delas. O novo paradigma retoma a *unidade esquecida homem-universo* (OLIVEIRA, 1989), superando os clássicos dualismos do paradigma anterior. Trata-se de substituir a noção de máquina pela noção de organismo complexo. Terra e seres humanos formam uma única entidade. Cada organismo vivo é entendido como um sistema complexo, dentro do contexto de um sistema maior em desenvolvimento. Homem e natureza são partes integrantes de um todo maior, um único ser complexo, o *Cosmos*. (OLIVEIRA, 1989; BOOF, 2004; MORIN & KERN, 1995; MORIN, 2006; CAPRA, 1982, 2002, 2006).

A lógica da competitividade, da maximização da produtividade e do lucro ainda é dominante nas estratégias de governos – a nível nacional e internacional – é o “crescimento a qualquer custo”, uma espécie de “*corrida de ratos*” (OLIVEIRA, 1989). As conseqüências disso são graves, “há a notar perdas na solidariedade humana, reintrodução da barbárie,



ofensas ecológicas, pois o pensamento econômico conservador só concebe o que é vivo ou antropológico dentro de uma lógica mecanicista, reducionista, fragmentária cartesiana, simplificadora” (*Idibem*, 1989: X). Nas palavras de Ivan Illich (1973: 25), “o dogma do crescimento acelerado justifica a sacralização da produtividade industrial à custa da convivencialidade”.

Os sintomas da progressiva aceleração da crise planetária são evidentes. Segundo estimativas apontadas por Leonardo Boff, sobre a ameaça de extinção de algumas espécies de animais: “entre 1500 e 1850 foi presumivelmente eliminada uma espécie a cada dez anos. Entre 1850 e 1950, uma espécie por ano. A partir de 1990 está desaparecendo uma espécie por dia. A seguir este ritmo, nos próximos anos desaparecerá uma espécie por hora” (2004: 14).

A crise socioambiental planetária também diz respeito ao problema da pobreza e da grande desigualdade social no mundo. Setenta e nove por cento da população mundial vivem no Hemisfério Sul pobre; 1 bilhão de pessoas vivem em estado de pobreza absoluta (o que corresponde a quase um quinto da população mundial); 3 bilhões têm alimentação insuficiente; 60 milhões morrem anualmente de fome, e 14 milhões de jovens abaixo de 15 anos morrem anualmente em consequência das doenças causadas pela fome (BOFF, 2004). Paradoxalmente, a quantidade total de alimentos produzidos no mundo atualmente é suficiente para suprir oito bilhões de habitantes com uma dieta adequada. O problema, portanto, não está na quantidade de alimentos produzidos, e sim na falta de acesso e distribuição destes alimentos (OLIVEIRA, 1989; YUNUS, 1997). Os índices do crescimento demográfico mundial também são bastante preocupantes. Em 1800 havia cerca de um bilhão de seres humanos no planeta, hoje há seis bilhões. A previsão para 2050 é de dez bilhões (MORIN & KERN, 1995). Apesar da barbárie do presente, constata-se que “no plano das mudanças efetivas de mentalidades, atitudes e comportamentos, a degradação generalizada do meio ambiente e o seu correlato, a dramática intensificação dos desníveis entre ricos e pobres, continuam a ser consideradas preocupações secundárias na vida cotidiana da maior parte dos habitantes do planeta” (VIEIRA, 2002: 2).

Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano 1998*, realizado pelo PNUD, em 1995 a metade mais pobre da população brasileira detinha apenas 11,6% da renda nacional. Já os 10% mais ricos acumulavam 63% da renda nacional. Os dados de 1998 do IBGE são assustadores, mostram que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, onde o 1%

mais rico da população concentra mais renda que os 50% mais pobres da população brasileira. Paradoxalmente, no mesmo ano de 1998, o Brasil alcança a posição de nona maior potência econômica do mundo<sup>15</sup> (SACHS, 2001).

### 1.1 Desenvolvimento Territorial Sustentável

Em julho de 1972, em Estocolmo, foi efetivada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a partir do diagnóstico inédito dos “limites ecológicos e sociais ao crescimento material” expresso no relatório coordenado por Dennis Meadows no MIT<sup>16</sup>. Na opinião de Celso Furtado (1996:10),

graças a ele foram trazidos para o primeiro plano da discussão problemas cruciais que os economistas do desenvolvimento econômico trataram sempre de deixar na sombra. Pela primeira vez dispomos de um conjunto de dados representativos de aspectos fundamentais da estrutura e de algumas tendências gerais daquilo que se começa a chamar de sistema econômico planetário. Mais ainda: dispomos de um conjunto de informações que nos permitem formular algumas questões de fundo relacionadas com o futuro dos chamados países subdesenvolvidos.

Nesta década de 1970, o debate se confrontava entre duas correntes opostas, os defensores do crescimento econômico a qualquer custo e os “catastrofistas”. O primeiro grupo argumentava que a biosfera possui potencialidades de auto-regeneração que lhe permitirão proteger-se sozinha. Já o segundo grupo insistia no caráter irreversível do processo de degradação generalizada da biosfera (MORIN, 1995). Equidistante dessas duas visões extremas, os adeptos do enfoque de ecodesenvolvimento apontavam no sentido da necessidade de um outro estilo de desenvolvimento – ecologicamente prudente, socialmente equitativo e baseado numa visão alternativa da dimensão da eficiência econômica. Na opinião de Vieira (2002:4),

questionando uma suposta autonomia do ciclo de atividades econômicas relativamente às condições ambientais e às outras dimensões da vida em sociedade – psicossocial, social, cultural, política – o enfoque de ecodesenvolvimento assim caracterizado permite-nos identificar, nos atuais impasses relacionados ao binômio

<sup>15</sup> Depois dos Estados Unidos, China, Japão, Índia, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália; antes da Rússia, México, Canadá, Espanha, Coréia do Sul e Indonésia. A classificação se baseia no PIB de 1998 convertido em dólares segundo a paridade de poder de compra das moedas locais. Fonte: Banco Mundial, citado por *The Economist*, 13 de maio de 2000 (SACHS, 2001).

<sup>16</sup> Massachusetts Institute of Technology, localizado nos Estados Unidos da América.



*ecologia & desenvolvimento*, diferentes aspectos de uma *crise profunda das lógicas predominantes de organização das sociedades contemporâneas* (Sachs, 1980 e 1986).

A nova proposta baseava-se, assim, em quatro postulados normativos: *justiça social*, *prudência ecológica*, *viabilidade econômica* e *autonomia* (ou *self-reliance*). A intenção é integrar a busca de equidade social e de satisfação de necessidades básicas (*materiais e intangíveis*, a exemplo do acesso à cultura, o direito ao trabalho digno e à educação de qualidade) à promoção da *prudência ecológica*. Alguns intérpretes deste enfoque acentuam também a preocupação com a internalização do *princípio da resistência ao paradigma industrialista-consumista herdeiro dos preceitos Gandhianos da “não-violência-ativa”* (GALTUNG, 2003; VIEIRA, 2002).

Ele distingue-se também por privilegiar uma *ecossocioeconomia*<sup>17</sup>, colidindo assim com o *reducionismo economicista* que se tornou hegemônico num cenário da globalização assimétrica. Por último, mas não menos importante, seria importante ressaltar a centralidade da noção de *self-reliance* (ou autonomia) na estrutura do modelo de análise dos adeptos do ecodesenvolvimento. Trata-se aqui da valorização da dimensão da descentralização política-administrativa, do fortalecimento das identidades territoriais e do *empoderamento* progressivo das populações locais (VIEIRA, 2003: 261).

Por outro lado, por ocasião da Cúpula da Terra, emergiu o conceito de *desenvolvimento sustentável*. Ele não agrega inovações substanciais ao conceito anterior de ecodesenvolvimento, mas responde por um processo de apropriação oportunista e controvertida da noção de sustentabilidade. Neste sentido, o termo tem sido adotado no ambiente acadêmico, na mídia e, sobretudo, no setor empresarial de forma superficial diante da complexidade envolvida no entendimento dos condicionantes estruturais da crise socioambiental contemporânea. Para vários estudiosos da ecologia política contemporânea, trata-se de uma representação reducionista e reformista desses condicionantes – por analogia com a idéia de *sustentabilidade fraca*, atrelada à lógica profunda do capitalismo globalizado (KAPP *apud* VIEIRA 2003).

A partir do final dos anos 1980, o debate sobre a sustentabilidade das estratégias de desenvolvimento avança paralelamente à disseminação do assim chamado *enfoque territorial do desenvolvimento*. Mais recentemente, constata-se um esforço direcionado no sentido da

---

<sup>17</sup> Termo cunhado por Karl William Kapp.

integração dessas diferentes linhas de reflexão. Em nome de uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável vem se forjando uma construção teórica mais complexa do que aquela proposta inicialmente pelos clássicos do ecodesenvolvimento, e continuando a operar na contra-mão da lógica hegemônica do modelo de crescimento econômico (VIEIRA, CAZELLA e CERDAN, 2006).

É importante ressaltar neste contexto a necessidade de se avançar na criação de alternativas “não-miméticas” relativamente à experiência dos países do Norte. Os países do Hemisfério Sul precisam buscar alternativas inovadoras e criativas para a realidade e as necessidades de seus países. “Não seria aconselhável que estes países copiassem o ambiente intelectual atual, dominado pela teologia do mercado, em parte devido ao desencanto frente às ineficiências da ação governamental, mas que, basicamente, seria explicável em termos do abandono puro e simples da ética da equidade” (SACHS *apud* VIEIRA & CUNHA, 2002: 303).

Em síntese, para a efetivação de um outro desenvolvimento – um desenvolvimento territorial sustentável – é indispensável empreender “experimentações criativas com uma nova abordagem de crescimento, orientada no sentido da inclusão social, da satisfação das necessidades básicas das populações, da convivialidade e da tomada de consciência das causas estruturais da degradação acelerada e, muitas vezes, irreversível do patrimônio natural e cultural” (VIEIRA & CUNHA, 2002: 308).

## **1.2 Agricultura Familiar**

No Brasil, a agricultura familiar ocupa um lugar de destaque e de alta relevância para a construção de políticas e programas para o desenvolvimento territorial sustentável. Este tipo de agricultura corresponde a nada menos que 85,2% do total de estabelecimentos rurais do país. Isso significa mais de quatro milhões de estabelecimentos rurais, que contribui com 38% do valor bruto da produção agropecuária do país.

No caso específico do estado de Santa Catarina, esses dados são ainda mais significativos, visto que os estabelecimentos rurais de caráter familiar somam quase 95% do total de estabelecimentos rurais do estado – o que corresponde a 60% da área total ocupada por estabelecimentos rurais. O valor bruto da produção da agricultura familiar neste estado representa 71,5%, um montante bastante significativo.



A tabela a seguir também nos apresenta uma tipologia dos agricultores familiares no Brasil e em Santa Catarina. De acordo com Ademir Cazella, a maioria dos programas e ações de desenvolvimento rural adquire características conservadoras e elitistas no processo de execução. Na opinião desse autor, “as instituições promotoras do desenvolvimento rural e as Organizações Profissionais Agrícolas (inclusive as ONG e os movimentos social e sindical) concentram suas ações de forma prioritária nas categorias de agricultores familiares classificados como de *maior renda* e de *renda média*” (CAZELLA, 2003: 226). As outras duas categorias (*renda baixa* e *quase sem renda*), que juntas somam nada menos que 43% dos agricultores familiares do estado de Santa Catarina, não se beneficiam de tais programas e ações. A nível nacional, os índices são ainda mais alarmantes, chegando a 56%, o que significa que mais da metade dos estabelecimentos de agricultura familiar ficam fora dos programas e ações governamentais (programas como PRONAF, PAA, dentre outros).

**Tabela 1:** Tipo, número e valor da produção (%) das unidades agrícolas – Brasil e SC

Tipo	Brasil			Santa Catarina		
	Nº	%	VBP (%)	Nº	%	VPB (%)
Patronal	554.500	11,5	61	10.500	5	28,5
Familiar	4.139.500	85,5	38	191.800	95	71,5
Maior renda	406.000	8,5	19,5	31.800	16	35,5
	994.000	20,5	11	72.500	36	24
Renda média	823.500	17	3,5	36.500	18	5,5
Renda baixa	1.916.000	39,5	4	51.000	25	6,5
Quase sem renda						
Total	4.860.000	-	-	202.300	-	-

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE – Convênio INCRA/FAO (os números e valores foram arredondados para facilitar a apresentação) (CAZELLA, 2003: 227).

De acordo com estudiosos da história econômica de Santa Catarina, o estilo de desenvolvimento catarinense pode ser considerado como um modelo singular, caracterizado por uma trajetória histórica *sui generis*. “Uma parcela significativa do espaço rural catarinense

foi estruturada com base em práticas agrícolas caracterizadas pela predominância de pequenas explorações familiares de policultura-criação e artesanato-domiciliar, nas quais a dimensão média dos lotes não ultrapassava trinta hectares” (VIEIRA & CUNHA, 2002: 290).

A agricultura familiar, no entanto, não deve ser encarada apenas como um simples modo de produção, para fins estritamente econômicos, a “solidez do pequeno empreendedorismo de base familiar pode ser entendida como expressão de um *modo de vida* profundamente enraizado no tecido social, diferenciando-se portanto de uma concepção economicista, com base na qual reduz-se a complexidade deste fenômeno a apenas uma de suas dimensões, ou seja: a de um simples modo de produção” (VIEIRA & CUNHA, 2002:291).

Pode-se dizer, inclusive, que é na agricultura familiar que a economia catarinense configura sua expressão maior. Apesar disso, paradoxalmente, o estado de Santa Catarina não foge à regra ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial-exportador (MUSSOI, 2002), concentrador de riquezas e socialmente injusto. De acordo com este autor, no estado de Santa Catarina “o modelo foi (e é) concentracionista (de riquezas e poder político), socialmente excludente e agressivo em termos ambientais. Desconsiderando a satisfação de necessidades básicas da grande maioria da população, contribui para aumentar assim a fome, a desnutrição, o desemprego e o sub-emprego em favor da produção para exportação e da produção industrial, subordinando a agricultura à indústria” (*Ibidem*: 25). Este modelo de desenvolvimento provoca a descapitalização do meio rural, devido à concentração de recursos/capital nas grandes cidades industriais do país, causando o esvaziamento no meio rural em termos demográficos e produtivos.

Desta forma, a agricultura familiar em particular, sofre um processo de exclusão, e vem perdendo gradativamente suas características fundamentais e, com isso, sua identidade, num processo de “erosão cultural”, subordinando-se assim à economia de mercado, tanto pelo setor industrial como pela agricultura empresarial-capitalista convencional. A agricultura familiar, diferentemente da agricultura patronal convencional, estabelece uma relação mais harmônica com os recursos naturais, configurando assim, mais uma *forma de vida* e um sistema integral de produção, do que um empreendimento meramente econômico.

Neste sentido, devemos admitir, no entanto, que o modelo de agricultura familiar é praticamente incompatível com o modelo de desenvolvimento urbano-industrial-exportador, modelo atual e hegemônico que obedece invariavelmente o dogma do crescimento



econômico. Esta incompatibilidade entre o modelo da agricultura familiar e o modelo da agricultura empresarial convencional ocorre porque a agricultura familiar, além de se configurar como uma *forma de vida* e um sistema integral de produção, pode ser encarada também – na contra-mão do modelo dominante – como uma ruptura transversal de resistência ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial-exportador hegemônico. Para Eros Mussoi, a agricultura familiar

Não deve ser vista como ‘*insuficiente*’ em função de suas características fundamentais. *Insuficiente* é o modelo de crescimento econômico hegemônico (e as políticas governamentais que lhe dão suporte). Certamente, antes de se pensar em “reconverter” este tipo de prática agrícola (com suas qualidades implícitas) o certo seria tentar *reconverter* a mentalidade monetarista e consumista que permeia um significativo conjunto de processos de tomada de decisão na atualidade (MUSSOI, 2002: 27-8).

### 1.3 Agroecologia

A agroecologia pode ser entendida como uma ciência ou um campo de conhecimento de natureza multidisciplinar, que aponta no sentido da construção de estilos alternativos de agricultura, de base ecológica, e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Ela coloca em circulação uma série de conceitos, princípios e metodologias para a investigação da dinâmica de agroecossistemas, proporcionando assim o embasamento científico para a implantação e o desenvolvimento de uma agricultura sustentável (ALTIERI, 1989; CAPORAL & COSTABEBER, 2007; ROCHA & SIMAN, 2004). De acordo com Miguel Altieri (1989: 28), “a agroecologia geralmente incorpora idéias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção. Este pode ser chamado o uso “normativo” ou “prescrito” do termo agroecologia, porque implica um número de fatores sobre sociedade e produção que estão além dos limites do campo da agricultura”.

A agroecologia diz respeito à aplicação de conceitos e teorias das mais variadas disciplinas, como a ecologia, a antropologia, a sociologia, a ciência da comunicação, a economia e, logicamente, a agronomia. Suas contribuições vão além dos aspectos tecnológicos e agronômicos da produção agropecuária. As variáveis mobilizadas são mais amplas e complexas, incluindo as dimensões socioeconômicas, socioculturais, sociopolíticas e

socioecológicas. Ela diz respeito, portanto, ao embasamento científico dos processos de transição do modelo de agricultura convencional para o modelo da agricultura ecológica e sustentável.

De acordo com Guzmán, a agroecologia constitui um campo de conhecimento que, além de promover outra agricultura, sugere a promoção de outro estilo de desenvolvimento, rumo à construção de sociedades sustentáveis. Trata-se, em síntese,

do manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de Modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade, a organização comunitária e o restante dos marcos de relação das sociedades rurais articulados em torno à dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento portadores do potencial endógeno e sociocultural. Tal diversidade é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, a partir das quais se pretende o desenho participativo de métodos de desenvolvimento endógeno para estabelecer dinâmicas de transformação em direção a sociedades sustentáveis (GUZMÁN, 2003: s/ p).

Os agroecossistemas são unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas orientadas pelo desenvolvimento rural sustentável. Em outras palavras, constituem unidades geográficas onde podem ser efetivadas análises sistêmicas das várias dimensões envolvidas. Estudos e pesquisas em agroecologia não procuram, portanto, a maximização da produção de uma atividade particular, e sim a otimização da *resiliência* dos agroecossistemas. Isto requer o conhecimento rigoroso das inter-relações complexas existentes entre os cultivos, o solo, a água, os animais e os usuários locais dos recursos territoriais disponíveis. Nesse sentido, as pesquisas em laboratório ou em estações experimentais, ainda que necessárias, não são suficientes. Torna-se necessário uma maior aproximação aos diferentes agroecossistemas para que correspondam à realidade, de modo que suas descobertas sejam assim aplicadas. São relações complexas desta natureza que alimentam possibilidades para um outro estilo de desenvolvimento, endógeno e sustentável, fundamental para o enfrentamento da atual crise socioambiental planetária.

As bases epistemológicas da agroecologia diferem profundamente da visão mecânica-reducionista da ciência ocidental. Esta última vê o mundo como algo estático e mecânico – conforme a visão newtoniana de ciência. Os cientistas ocidentais concentram suas pesquisas na investigação das partes da natureza, de maneira isolada e fragmentada, onde a mente é



vista como entidade independente que percebe e interpreta. A visão agroecológica, no entanto, trabalha com a visão holística do mundo, onde cada organismo vivo é interpretado como um sistema complexo, no contexto de uma rede de sistemas que o englobam. Outra diferença importante entre a visão agroecológica do mundo e a visão da ciência ocidental, é que a primeira vê os seres humanos como parte dos ecossistemas locais, enquanto a ciência ocidental positivista não considera os seres humanos como parte integrante da natureza (ALTIERI, 1989; OLIVEIRA, 1989; MORIN & KERN, 1995; MORIN, 2006).

De acordo com os estudiosos da *ecologia cultural*, que compartilha suas bases epistemológicas com a agroecologia, a evolução das culturas humanas ao longo do tempo pode ser explicada relativamente às características ambientais, e a evolução do meio ambiente pode ser explicada com referência às características específicas das culturas humanas. Por exemplo, segundo Richard Norgaard os sistemas sociais e biológicos co-evoluíram de tal forma que estão estruturalmente interconectados, e sua sustentação depende desta interconectividade. Além disso, a natureza do potencial desses sistemas pode ser melhor entendida com base no resgate de como as culturas tradicionais desenvolveram este potencial; e o conhecimento formal, o conhecimento proveniente do estudo dos sistemas agrários convencionais, o conhecimento de alguns insumos elaborados pelas ciências agrárias convencionais e a experiência com instituições e tecnologias agrícolas ocidentais podem se unir para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais como os modernos. Finalmente, na sua opinião, o desenvolvimento agrícola, a partir da agroecologia, poderá gerar novas opções para o futuro, com menos impactos negativos em comparação com os enfoques das ciências convencionais (NORGAARD, 1989: 46-7).

Seria conveniente destacar que o termo *agroecologia*, ou *agricultura ecológica*, começou a ser usado no meio acadêmico somente na década de 1970, apesar de se referir a um sistema ancestral de conhecimento agrícola. Ainda hoje, a agroecologia não se tornou parte constitutiva e legítima das ciências agrônômicas formais, o que reflete o preconceito por parte de alguns cientistas contemporâneos que ainda não superaram os pressupostos da ciência positivista. Historicamente, o manejo agrícola incluía uma rica simbologia e rituais que serviam para regular as práticas de uso da terra, estabelecendo assim uma relação mais harmônica e duradoura entre os seres humanos e a natureza. Os tradicionais conhecimentos agrários dos povos antigos eram transmitidos de geração em geração através de cerimônias e rituais, uma vez que ainda não conheciam a escrita. Alguns processos históricos contribuíram

para o enfraquecimento dessas práticas agrônômicas ancestrais. A Inquisição Católica, por exemplo, oprimiu severamente as cerimônias rurais, vistas como feitiçaria e bruxaria, e por isso se transformaram em focos de perseguição intensa. O processo de colonização da América Latina pelos espanhóis e portugueses, por sua vez, modificou intensamente os conhecimentos agrícolas locais, uma vez que suas conquistas pelo mundo tinham como missão “Deus, Ouro e Glória”, e incluíam atividades evangélicas de catequização dos índios, o que resultou na interferência e modificação das bases rituais e simbólicas da agricultura das sociedades não-ocidentais. De acordo com Susanna Hecht, este processo, “além de doenças, escravidão e da freqüente reestruturação das bases agrícolas das comunidades rurais com propósitos colonialistas e mercantis, freqüentemente contribuíram para a destruição ou abandono de tecnologias ‘de ponta’ tais como sistemas de irrigações. E contribuíram especialmente para o empobrecimento de tecnologias ‘brandas’ (cultivares, consórcios de culturas, técnicas de controle biológico e de manejo de solo) dos agricultores locais” (HECHT, 1989: 26).

A agroecologia surge, em grande parte, para explicitar e questionar as contradições das técnicas introduzidas pela Revolução Verde. Esta última pretendia enfrentar o problema da fome e da miséria em escala global por meio da introdução de novas variedades genéticas na agricultura mundial, do uso intensivo de energia, da mecanização e do emprego de doses maciças de produtos químicos (OLIVEIRA, 1989). No início do século XX, surgiu o trator com motor a combustão, fortalecendo a indústria de amônia sintética e o acesso aos fertilizantes nitrogenados. A partir de 1930 a economia americana desenvolveu a produção de sementes híbridas. “Com a incorporação dos agrotóxicos<sup>18</sup> ao PTM (Padrão Técnico Moderno), intensifica-se a adoção de vários insumos industriais na agricultura: máquinas, equipamentos, sementes híbridas e fertilizantes químicos. (...) Este processo foi denominado pelos especialistas de *Revolução Verde*” (SANTIN, 2005:40). De acordo com Fritjof Capra, desde 1945 o uso de fertilizantes químicos sextuplicou; o uso de pesticidas aumentou doze vezes; a mecanização contribuiu para que a agricultura dependa muito mais de energia, fazendo com que 60% dos custos das lavouras hoje sejam custos de petróleo e seus derivados (CAPRA, *apud* OLIVEIRA, 1989).

---

<sup>18</sup> Produtos com efeito fungicida, inseticida ou herbicida. A evolução dos pesticidas se deu a partir de 1930, quando a maioria das empresas do ramo passaram a se orientar para a pesquisa e desenvolvimento de produtos com esta finalidade. Até então as pesquisas envolviam unicamente testes de produtos químicos que poderiam ou não possuir atividade pesticida (SALLES, *op.cit.*).



As inovações tecnológicas da Revolução Verde chegam ao Brasil na década de 1960. Concebida para o hemisfério norte, a Revolução Verde se deu de maneira mimética pelos países do sul, de forma impositiva e rígida, desconsiderando novamente os sistemas produtivos tradicionais locais – o que já havia ocorrido no Brasil com a monocultura da cana de açúcar e do café. A Revolução Verde fortaleceu e consolidou ainda mais a lógica produtivista-predatória da economia de mercado, favorecendo assim uma minoria da população brasileira (grandes latifundiários monocultores) e intensificando ainda mais os impactos socioambientais, através da contaminação dos solos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes químicos, da degradação da biodiversidade e dos intensos impactos dos desmatamentos no país.

Segundo dados da Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), em 1999 as vendas totais de agrotóxicos no Brasil chegaram a US\$ 2.329.067.000 (ANDEF, 2003)<sup>19</sup>. De acordo com Caporal (2006), o valor total obtido com a comercialização de agrotóxicos no Brasil é superior ao Produto Interno Bruto do estado do Rio Grande do Sul (ADRIANO, 2006). O Brasil é o terceiro maior consumidor de agrotóxicos no mundo. Atualmente existem vinte grandes indústrias produtoras do veneno, movimentando cerca de US\$ 20 bilhões por ano, sendo que, destas vinte indústrias, oito estão no Brasil, fazendo circular cerca de US\$ 2,5 bilhões anualmente. Só no Brasil a produção chega a 250 mil toneladas/ano de herbicidas, inseticidas e fungicidas (REDE ECOVIDA)<sup>20</sup>. Segundo o agrônomo do Núcleo Temático de Agroecologia da Epagri, Paulo Tagliari, de 1990 até 2007, o Centro de Informações Toxicológicas, situado no Hospital Universitário da UFSC, detectou 9.300 intoxicações de agricultores no estado e 233 mortes ([www.epagri.rct-sc.br](http://www.epagri.rct-sc.br)).

De acordo com a pesquisa realizada no Laboratório de Embriologia Molecular da Universidade de Buenos Aires (UBA), em parceria com o Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet) da Argentina, o agrotóxico básico da indústria da soja (Glifosato) produz deformações intestinais, cardíacas e neurais, mesmo em doses muito inferiores às utilizadas nas lavouras. Esta pesquisa foi um dos primeiros estudos realizados que comprovou as conseqüências devastadoras do uso deste herbicida. Segundo Andrés Carrasco, professor de embriologia, investigador principal do Conicet e diretor do Laboratório de Embriologia, “o glifosato puro introduzido por injeção em embriões em doses

---

<sup>19</sup> [www.undef.com.br](http://www.undef.com.br)

<sup>20</sup> [www.ecovida.org.br](http://www.ecovida.org.br)



10.000 e 300.000 vezes menores do que as usadas na lavoura tem uma atividade específica para danificar as células. É o responsável por anomalias durante o desenvolvimento do embrião e permite sustentar que não só os aditivos são tóxicos e, por outro lado, permite afirmar que o glifosato é causador de deformações por interferir nos mecanismos normais de desenvolvimento embrionário, interferindo nos processos biológicos normais.”<sup>21</sup> No caso específico da Argentina, as sementes e o agrotóxico Roundup (a base de glifosato) são vendidos pela Monsanto – uma das maiores empresas de agrotóxicos do mundo. O único vegetal que cresce depois de aplicado o veneno é a soja transgênica, modificada em laboratório.

Os princípios da agroecologia pretendem, portanto, estabelecer estilos de agricultura que atenda aos requisitos sociais, considere os aspectos culturais, conserve os recursos ambientais, apóie a participação política dos envolvidos, especialmente dos pequenos agricultores familiares; favorecendo a obtenção de resultados socio-econômicos ao conjunto da sociedade. Numa perspectiva temporal de longo prazo, que inclua as futuras gerações (CAPORAL & COSTABEBER, 2004). Neste sentido, a agroecologia está orientada para fornecer princípios ecológicos para o estudo e o manejo de agroecossistemas que conservem o patrimônio natural e cultural, para que sejam socialmente justos, ambientalmente prudentes e economicamente viáveis – conforme os princípios do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

#### **1.4 Economia Solidária e Cooperativismo**

O cooperativismo surgiu na Grã-Bretanha no início do século XIX como resposta à pobreza, às péssimas condições de trabalhos e ao desemprego em massa. Estes movimentos surgiram pouco depois do capitalismo industrial. Eram organizações dos operários que tentavam resistir à extrema exploração que sofriam nas fábricas. Os trabalhadores não tinham condições mínimas de trabalho, chegando a trabalhar cerca de dezesseis horas por dia. Crianças e mulheres também trabalhavam nas mesmas condições. Foram estas lutas de resistências que deram origem aos movimentos do cooperativismo operário.

---

<sup>21</sup> <http://www.ecovida.org.br/sistema/arquivos/ART000201.pdf>

Um dos maiores proponentes do cooperativismo revolucionário da Inglaterra foi Robert Owen (1771-1859), proprietário de uma grande fábrica têxtil em New Lanark. Já na primeira década do século XIX, limita a jornada de trabalho e proíbe o trabalho de crianças, para as quais constrói escolas. Em 1817 propõe ao governo britânico a construção de Aldeias Cooperativas auto-suficientes, com o intuito de acabar com a pobreza e o desemprego na Inglaterra. Transforma sua grande indústria em cooperativa e em 1821 publica o primeiro jornal cooperativo, *The Economist*, junto com Georg Mudie.

Em 1832 Owen cria o primeiro Clube de Troca, o *Labor Exchange* (Bolsa de Trabalho) onde os trabalhadores trocavam produtos a preços justos, calculados por hora de trabalho. Além de tudo isso, cria também uma grande central sindical na Inglaterra, para defender os trabalhadores de tamanhos maus tratos e exploração. O próprio Engels, ao escrever sobre Owen, reconhece seu grande valor revolucionário: “Todos os movimentos sociais, todos os progressos reais, que surgiram na Inglaterra, estão ligados ao nome de Owen. (...) Ele presidiu o primeiro congresso em que sindicatos (trade unions) de toda a Inglaterra se uniram numa grande central sindical” (ENGELS, 1894: 324-5 *apud* SINGER, 2002: 29).

Em 1844 surge a famosa Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, “esta cooperativa estava predestinada não só a perdurar e crescer mas a se tornar a matriz de todas as cooperativas modernas” (SINGER, 1998: 99). Fundada por 28 operários, metade deles owenistas, adotam oito princípios, que ficam conhecidos como os princípios universais do cooperativismo (a maioria destes princípios foram influenciados diretamente pelos pensamentos de Owen). Os princípios são: (1) cada membro tem direito a um voto, independente de quanto investiu na cooperativa (esse princípio garante que a cooperativa funcione sempre como uma democracia direta); (2) a livre e aberta adesão dos sócios (também conhecido como o princípio da “porta aberta”); (3) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; (4) as sobras são divididas de forma justa e proporcional à quantidade de cotas que cada cooperado tem; (5) as vendas só são feitas à vista (o que protege a cooperativa de inadimplência dos compradores, que são sócios da cooperativa); (6) os produtos devem ser sempre puros e de qualidade (garantindo assim a confiança dos sócios); (7) educação cooperativa e (8) neutralidade política, partidária e religiosa (sem nenhum tipo de discriminação social, racial, política e religiosa) (SINGER, 1998, 2002).



O conceito de Economia Solidária é muito novo no Brasil: tornou-se conhecido apenas há cerca de vinte anos atrás. Por isso, é um conceito ainda muito controvertido. Até porque a diversidade de experiências associadas ao conceito de *economia solidária* é muito grande. Engloba os mais variados empreendimentos, como cooperativas, associações, redes interligadas de agricultores agroecológicos (a exemplo da Rede Ecovida de Agroecologia), empresas autogestionárias, incubadoras de cooperativas (as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares de diversas universidades brasileiras, as ITCPs, que se originaram no Brasil e são referências no mundo todo), empresas que estavam falidas e foram recuperadas (via autogestão), redes de Comércio Justo, movimento Slow Food, clube de trocas (através de moedas sociais, como o caso do Banco Palmas), sistemas financeiros solidários, dentre outros.

A Economia Solidária constitui-se como uma economia diferenciada – *a outra economia* – que se contrapõe ao modelo econômico das instituições e empreendimentos convencionais capitalistas. Os valores de solidariedade e de cooperação são centrais nesse tipo de atividade socioeconômica. O principal objetivo destes empreendimentos e experiências não é a maximização do lucro – como ocorre nas empresas convencionais. A Economia Solidária – assim como o enfoque do Ecodesenvolvimento – baseia-se nos princípios interdependentes de justiça social, prudência ecológica, viabilidade econômica e autonomia.

O conceito de Economia Solidária se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc..., que se distinguem por duas especialidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2002). O exemplo concreto de empreendimentos de economia solidária são as cooperativas. A cooperativa é a forma clássica destas experiências, nem por isso, no entanto, ela é a única forma de associação. A economia solidária engloba também outras experiências e empreendimentos que não são necessariamente cooperativas, como os clubes de troca, as redes de Comércio Justo, as associações, algumas experiências de agricultores familiares organizados em grupos, experiências de agroecologia em redes, dentre outras.

Há três diferenças fundamentais entre a economia convencional capitalista e a economia solidária. As diferenças ocorrem nos seguintes aspectos: (1) na propriedade dos meios de produção (o capital financeiro da empresa), (2) na repartição do excedente econômico (também denominado lucro), (3) no modo de administração (a gestão da empresa).



Na economia convencional capitalista a propriedade é privada (individual), não há repartição equitativa/ ou igualitária do excedente econômico e a administração é limitada a um grupo que gerencia a empresa de forma vertical. Na economia solidária estes três aspectos funcionam de forma diferente: a propriedade dos meios de produção é coletiva, o excedente econômico é repartido equitativamente e a empresa é administrada através da autogestão.

Em *Manuscritos Econômico-Filosófico* Marx esclarece as conseqüências da exteriorização do trabalho: “A Economia Política oculta a alienação na essência do trabalho por não considerar a relação *imediate* entre o *trabalhador* (o trabalho) e a produção. (...) A relação imediata do trabalho com os seus produtos é a relação do trabalhador com os objetos da sua produção. A relação do abastado com os objetos da produção e com ela mesma é só uma conseqüência desta primeira relação. (...) Se portanto perguntamos qual a relação essencial do trabalho, então perguntamos pela relação do trabalhador com a produção” (MARX, 1989: 152 ). Isso faz com que o trabalho se torne exterior ao trabalhador. É o que Marx categorizou como *exteriorização do trabalho*. Ou seja, o trabalho torna-se portanto um trabalho não voluntário, um trabalho forçado, de auto-sacrifício. O fato do resultado do trabalho ser exterior ao trabalhador faz com que o trabalhador estranhe (se aliene) seu próprio trabalho, não vendo sentido neste. O trabalhador passa, portanto, a odiar seu trabalho, já que este não lhe significa nada a não ser exploração. Isso faz com que o trabalhador se torne alienado não só como trabalhador, mas também como ser social, como homem.

É exatamente isso que ocorre numa empresa convencional. O principal objetivo é a maximização do lucro. Para isso, é necessário que os gastos sejam sempre minimizados em função da obtenção de margens de lucro sempre crescentes. Dessa forma, não sobra espaço para uma real preocupação com a dimensão socioambiental. Para o empregador, proprietário da empresa, o trabalhador é considerado apenas como mais uma mercadoria – que serve para produzir mais mercadorias.

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isso na proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 1989: 148).

O que legitima a não repartição equitativa do excedente econômico e a superexploração do trabalhador é, justamente, a existência e a manutenção da propriedade privada. Por isso, Marx constatou, já no século XIX, que uma sociedade capitalista é estruturalmente desigual por ser constituída basicamente por duas classes, os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores sem propriedade. Por mais que a sociedade tenha mudado expressivamente em relação ao século XIX, a exploração e a tremenda desigualdade social ainda é muito atual. Em relação a isso Marx escreveu: “O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz desnudez para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas mutilação para o trabalhador” (*Ibidem*: 152).

Numa cooperativa – sobretudo as cooperativas de produção – a propriedade dos meios de produção é coletiva. Isso significa que todos os cooperados da cooperativa são simultaneamente trabalhadores e proprietários. Desta forma, o trabalhador tem responsabilidade pela empresa. Se esta tiver sucesso ele será beneficiado, se no entanto a cooperativa tiver prejuízos, todos os cooperados terão que arcar juntos com as despesas. Isso faz com que o trabalhador se reconheça em seu trabalho, pois o resultado de seu trabalho não é mais exteriorizado. O trabalho, portanto, deixa de ser exploração e auto-sacrifício. “A chave desta proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (SINGER, 2002: 9).

Numa empresa convencional os trabalhadores recebem salários fixos, independente de quanto produziram no mês. Estes salários são determinados pelo dono da empresa (proprietário do capital), que pagará muito menos do que o trabalhador produziu. A repartição do excedente econômico não ocorre equitativamente como nos empreendimentos solidários. O excedente econômico é apropriado pelo dono/ ou donos da empresa, o proprietário dos meios de produção.

Ademais, num empreendimento cooperativo e solidário, os sócios (trabalhadores-proprietários), não recebem salários. Recebem retiradas mensais que variam conforme o sucesso da empresa no mês. Ou seja, o lucro (que é denominado preferencialmente por excedente econômico pelos empreendimentos solidários) é dividido equitativamente, ou igualmente, entre todos os trabalhadores. Isso não significa que a repartição dos ganhos deve ser intransigentemente igualitária; na maioria das vezes ela é feita proporcionalmente conforme o tempo de trabalho de cada sócio. Mas isso sempre deve ser decidido democraticamente em assembléias, de acordo com os princípios do cooperativismo.

O terceiro grande aspecto que diferencia uma empresa solidária de uma empresa convencional capitalista é o modo como ela é administrada. Uma empresa convencional é administrada pela heterogestão, ou seja, é uma gestão hierárquica, de cima para baixo, onde poucos mandam e muitos obedecem. Já a economia solidária pratica a administração autogestionária, de forma que as decisões são tomadas democraticamente por todos em assembleias. Não há hierarquia, cada sócio tem um voto, independente de quantas cotas da empresa possui (como determina o primeiro princípio do cooperativismo).



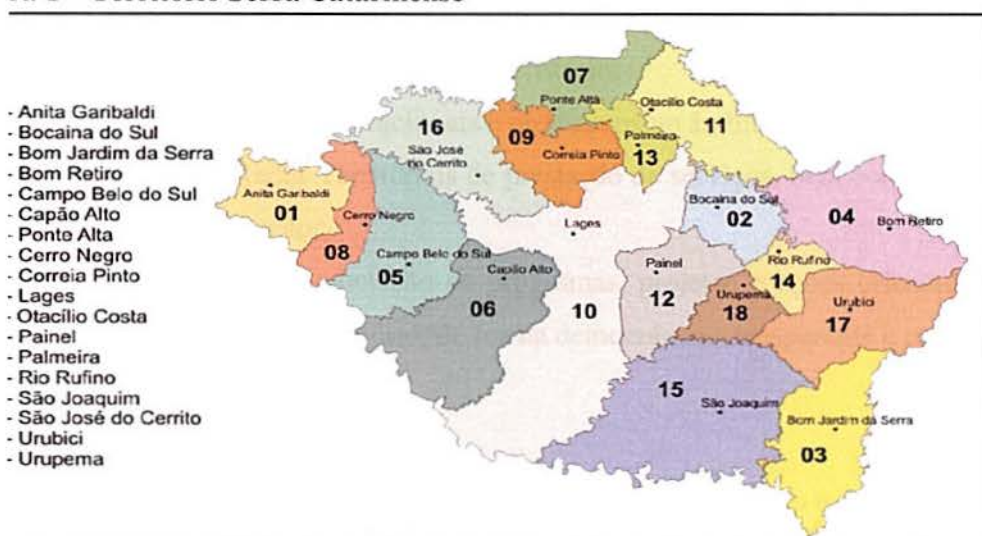
## TULO 2 – O CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO SERRA CATARINENSE

Posta de outra maneira, a questão vem a ser: por quanto tempo o Brasil postergará o aproveitamento do seu extraordinário potencial de desenvolvimento, desperdiçando a sua chance histórica de se projetar como uma potência mundial com rosto humano? Pelas características do Brasil – tamanho continental, abundância de terras cultiváveis e recursos naturais –, a metáfora mais adequada seria não tanto o Japão quanto os Estados Unidos do século XXI, com o rosto humano a mais. O tempo é precioso. A cada geração que passa, são milhões de brasileiros que perdem a oportunidade de viver uma vida digna e de realizar os seus potenciais humanos. É uma perda irreparável porque irreversível, eticamente escandalosa (SACHS, 2001: 500).

### 2.1 Características do Território Serra Catarinense

A Cooperativa Ecoserra é constituída por agricultores familiares ecológicos, nidores e artesãos distribuídos principalmente no *Território Serra Catarinense*. Tratando a classificação da SDT/MDA, de uma região constituído por 18 municípios (Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Lages, Otacílio Costa, Paineil, Palmeiras, Ponte Alta, São José do Cerrito, Bom Jardim ra, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici, Urupema e São Joaquim).

ra 1 – Território Serra Catarinense



: [www.amures.org.br](http://www.amures.org.br) in: documento Planejamento dos Territórios/ encontro\_territórios\_fpolis

Neste espaço operam duas Secretarias de Desenvolvimento Regional - a SDR de Lages, com 12 municípios (Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeiras, Ponte Alta e São José do Cerrito), e a SDR de São Joaquim, com 6 municípios (Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici, Urupema e São Joaquim).

A partir de 2006, a região serrana de Lages, constituída então por 31 municípios, foi desmembrada em dois territórios: o *Território Serra Catarinense*, composto por 18 municípios, e o *Território do Planalto Catarinense*, composto por 13 municípios. Este remanejamento foi decidido na Plenária Territorial realizada no dia 21 de dezembro de 2006, mobilizando representantes dos municípios que compõem o Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense/CODETER.<sup>22</sup>

O CODETER da Serra Catarinense é constituído por 116 membros titulares e 80 membros suplentes; de forma paritária (entidades governamentais e da sociedade civil). O Núcleo Gestor do CODETER da Serra Catarinense é composto por 26 membros, sendo, 50% de representantes do poder público e, 50% de representantes da sociedade civil. Atualmente cinco entidades coordenam o Colegiado: a AMURES, a Uniplac, a Epagri Regional de Lages, a Epagri Regional de São Joaquim e o Centro Vianei. O CODETER foi criado em 2003 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) com o objetivo de:

1. Mapear as entidades e organizações com potencial de participação do processo,
2. Sensibilizar, comprometer, articular e coordenar os atores sociais do território, com vistas à construção coletiva do PTDRS, em seus diversos ciclos;
3. Promover a elaboração de Agendas de Prioridades, bem como organizar o processo de seleção de projetos a serem implementados no Território;
4. Articular e apoiar os arranjos institucionais e produtivos no âmbito do território;
5. Estimular a criação de Redes Territoriais de prestação de serviços, bem como apoiar a sua estruturação e operacionalização;
6. Encaminhar o processo de negociação de programas, projetos e ações orientados para o desenvolvimento sustentável do território, de forma democrática, transparente e participativa;

---

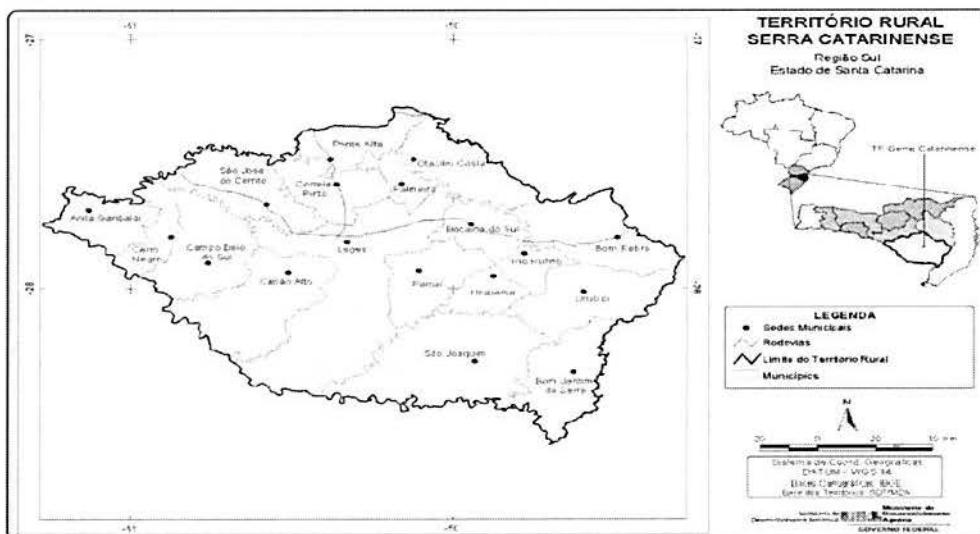
<sup>22</sup> Em julho de 2003, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) iniciou o processo de articulação das iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, com o apoio inicial do Pronaf-Infraestrutura (fonte: [www.amures.org.br](http://www.amures.org.br) in: documento Planejamento dos Territórios/ encontro\_territórios\_fpolis).



7. Promover a inclusão dos segmentos da agricultura familiar menos assistidos técnica, econômica e politicamente; e

8. Promover o acompanhamento, a avaliação, e o controle social do processo de desenvolvimento territorial, com encaminhamento das providências necessárias ao seu aperfeiçoamento.

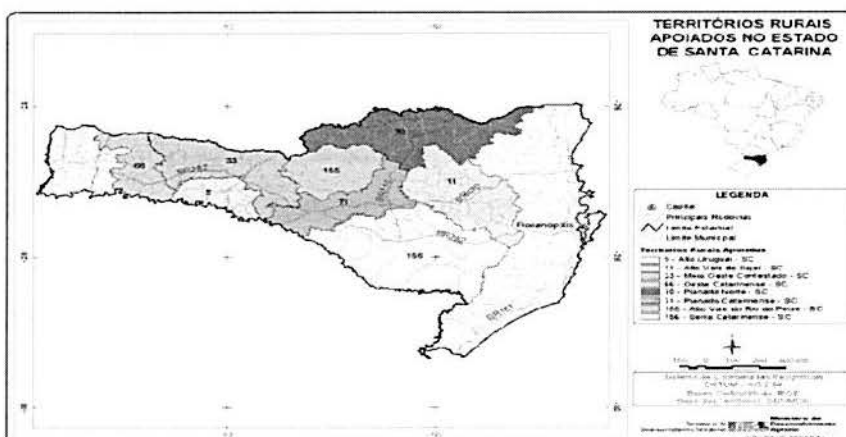
**Figura 2 – Território Rural Serra Catarinense**



Fonte: elaborado por SDT, 2006.

De acordo com a SDT, desde 2003 foram constituídos 104 territórios em todo o País, sendo que 8 estão dentro do estado de Santa Catarina conforme figura 03.

**Figura 3 – Territórios Rurais Apoiados no Estado de Santa Catarina**



Fonte: elaborado por SDT, 2006.



Desde 2003, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) iniciou um processo de construção de políticas de desenvolvimento sustentável de territórios rurais. Esta nova perspectiva busca trabalhar de acordo com uma abordagem territorial, com a finalidade de reconhecer identidades territoriais para a promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural. A abordagem territorial adotada pela SDT envolve quatro dimensões principais: econômica, sociocultural, político-institucional e socioambiental.

De acordo com a SDT, o território pode ser caracterizado como:

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.<sup>23</sup>

Segundo a SDT, os territórios são definidos a partir dos seguintes parâmetros:

1. Microrregiões geográficas que apresentem densidade demográfica menor do que 80 hab/km<sup>2</sup>, população média de até 50.000 habitantes por município e relevante vinculação das atividades humanas com a base de recursos naturais;
2. Concentração de agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, e pescadores artesanais;
3. Concentração de famílias assentadas por programas de reforma e de reordenamento agrário;
4. Concentração de famílias de trabalhadores rurais acampados; e, finalmente,
5. Maior incidência de capital social, convergência de interesse e participação da sociedade civil e governos estaduais, áreas de prioridade de ação do Governo Federal nos estados, incidências de programas, projetos e planos de desenvolvimento.

Além disso, seria importante mencionar as diretrizes adotadas pela SDT para implementação de suas ações. Elas contemplam:

1. A adoção de uma abordagem territorial como referência conceitual para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável;
2. A compreensão do território como um espaço socialmente construído, lugar de manifestação de diversidades culturais e ambientais que expressam limites e potenciais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável;

<sup>23</sup> Fonte: [www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=476](http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=476)

3. O entendimento do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como um processo que articula, de maneira integrada, as dimensões sociocultural, político-institucional, econômica e ambiental;
4. A valorização de ações que estimulem a participação da diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça;
5. A adoção de metodologias participativas e mecanismos de planejamento ascendente como estratégias de fortalecimento dos processos de descentralização de políticas públicas, estimulando a autogestão dos territórios;
6. O estímulo à construção de alianças buscando fortalecer o protagonismo dos agricultores familiares nos processos de gestão social das políticas públicas;
7. A atuação em sintonia e sinergia com os vários níveis de governo, com as entidades da sociedade civil e organizações dos movimentos sociais representativos dos diversos segmentos comprometidos com o desenvolvimento rural sustentável centrado na agricultura familiar e na reforma agrária;
8. O estímulo à articulação entre as demandas sociais e as ofertas das políticas públicas, promovendo instâncias plurais e participativas, que viabilizem espaços para discussão, negociação, concentração e compartilhamento do poder decisório, no processo de gestão social;
9. A priorização do processo de redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando preferencialmente em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados;
10. O incentivo aos processos de fortalecimento da participação dos diversos atores nas instâncias colegiadas consultivas e deliberativas dos territórios, qualificando os mecanismos de representação e participação direta para a gestão social de políticas públicas; e
11. O incentivo ao desenvolvimento sustentável, considerando a importância da dinamização econômica nos territórios rurais, com ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária.



## 2.2 Avaliação da trajetória de desenvolvimento do setor agrícola na região

A trajetória histórica do processo de ocupação do Estado de Santa Catarina foi marcada por três períodos significativos. O primeiro data do século XVII a 1850, tendo se caracterizado pelas economias de subsistência e agro-exportadora. No segundo, que se estende de 1850 a 1914, são definidas as pré-condições para a primeira transformação estrutural e ingresso na fase da indústria “tradicional”. E o terceiro período, que se estende de 1914 a 1960, caracteriza-se pela segunda transformação estrutural e pelo início da fase de industrialização “dinâmica” (MUSSOI *apud* CEAG/SC, 1980).

O padrão de desenvolvimento regional e urbano do Estado de Santa Catarina difere dos demais estados do País por basear-se numa dinâmica singular de ocupação e colonização dos territórios, marcados pela estrutura fundiária assentada em unidades de produção familiar (VIEIRA & CUNHA, 2002). Historicamente, tem predominado as pequenas explorações familiares de policultura-criação e artesanato domiciliar, configurando assim uma trajetória *sui generis* associada ao chamado *modelo catarinense de desenvolvimento*.

A origem da agricultura familiar baseada na pequena produção de policultura-criação está relacionada ao modelo de colonização induzido pela presença de imigrantes oriundos da Itália, Alemanha e, em menor escala, da Polônia. Este período, que se estende de 1850 a 1914, destaca-se como um ponto de referência importante na formação do modelo catarinense. Os imigrantes trouxeram consigo o costume e a experiência da “economia policultora familiar”, e se instalaram em lotes de dimensão média que não ultrapassavam trinta hectares.

O desenvolvimento agrícola na região de Lages, no entanto, ocorreu de maneira diferente em relação às outras regiões do estado. Ali configurou-se uma outra trajetória, que se inseriu no subciclo do gado. Segundo Mussoi (2002: 28-9),

a necessidade de se viabilizar o transporte de suprimentos para o desenvolvimento da exploração do ouro nas Minas Gerais implicou a excepcional valorização da criação do gado *vacum*, *muar* e *cavalar*. Isto ajuda-nos a compreender a especificidade do processo de ocupação do Planalto catarinense, caracterizado como região de passagem do gado sulino e, posteriormente, também como área de criação.

Desde o início do século XVIII, esta região serviu como passagem das tropas de gado vindas do Rio Grande do Sul transportados para serem vendidos em São Paulo. Os campos da região serviram para o descanso de tropeiros, a *invernada* das tropas e, posteriormente, para a



criação do gado. A criação de gado foi a primeira grande atividade econômica desempenhada na região. Isso acarretou a formação de latifúndios, configurando assim uma estrutura agropecuária assentada em grandes e médias propriedades, “deixando a população cabocla a mercê dos grandes fazendeiros” (VICENTE, 2008: 23).

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (2000), o número de pessoas pobres e indigentes nos municípios do Território Serra Catarinense é bastante significativo. Os municípios de Anita Garibaldi, Cerro Negro e São José do Cerrito são os municípios com maior concentração de pobreza da região, como mostra a tabela a seguir.

**Tabela 2 – Indicadores de Pobreza**

<b>Indicadores de Pobreza – 2000</b>					
<b>Município</b>	<b>Pop.Total 2000</b>	<b>% de indigentes</b>	<b>Pop. Indigentes</b>	<b>% de pobres</b>	<b>Pop. Pobres</b>
Anita Garibaldi	10.273	22,44	2.305	45,44	4.668
Bocaina do Sul	2.980	14,29	426	41,45	1.235
Bom Jardim da Serra	4.079	15,44	630	43,4	1.770
Bom Retiro	7.967	9,12	427	29,57	2.356
Campo Belo do Sul	8.051	19,3	1.554	43,29	3.485
Capão Alto	3.020	15,79	477	41,39	1.250
Celso Ramos	2.844	14,29	406	39,57	1.125
Cerro Negro	4.098	30,82	1.263	54,83	2.247
Correia Pinto	17.026	10,66	1.814	28,78	4.900
Lages	157.682	8,11	12.788	22,04	34.753
Otacílio Costa	13.993	6,27	877	18,29	2.560
Painel	2.384	10,9	260	29,26	697
Palmeira	2.133	12,8	273	34,99	746
Rio Rufino	2.414	19,75	477	46,67	1.126
São Joaquim	22.836	9,75	2.226	28,86	6.590
São José do Cerrito	10.393	23,37	2.429	47,96	4.984
Urubici	10.252	13,64	1.398	35,23	3.611
Urupema	2.527	9,25	234	28,91	730

**Fonte:** elaboração a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil / PNUD/2000. (Baseado em VICENTE, 2008).

De acordo com o Programa Catarinense de Inclusão Social, “dos vinte municípios com menor Índice de Desenvolvimento Social (IDS) do Estado seis estão no Território Serra Catarinense, perfazendo um valor de 30% dos municípios, além disso, se nos reportamos para os dez últimos municípios com IDS mais baixo estamos com quatro nesta lista o que nos coloca com 40% deste total” (MAGNANTI, 2006: 3).

Assim como os índices de pobreza na região são altos, os índices de migração das áreas rurais para as áreas urbanas também o são. Apesar do estado de Santa Catarina apresentar um dos menores índices de concentração fundiária do país, “o enfraquecimento da pequena produção e a conseqüente intensificação do êxodo rural constituem desafios cruciais a serem enfrentados atualmente. Ambos condicionam uma dinâmica de urbanização intensiva e descontrolada, num momento de acentuada redução do nível de oferta de empregos nas áreas urbanas” (VIEIRA & CUNHA, 2002: 295). O Território Serra Catarinense é o território que mais perdeu população no estado na última década, cerca de -3,24% ao ano (VICENTE, 2008), conforme demonstrado a tabela número 2.

**Tabela 3 - População total e por situação de domicílio, nos municípios da região de Campos de Lages (SC), 1991 e 2000.**

Municípios	População		População Urbana		População Rural	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Anita Garibaldi	10328	10273	3477	4188	6851	6085
Bocaina do Sul	2603	2980	220	415	2383	2565
Bom Jardim da Serra	4153	4079	2067	2123	2086	1956
Bom Retiro	7173	7967	4047	5336	3126	2631
Campo Belo do Sul	7871	8051	3645	4440	4226	3611
Capão Alto	3261	3020	349	604	2912	2416
Celso Ramos	3457	2844	750	638	2707	2206
Cerro Negro	5634	4098	342	694	5292	3404
Correia Pinto	17749	17026	13593	12046	4156	4980
Lages	142524	157682	136384	153582	6140	4100
Otacílio Costa	12735	13993	9988	12811	2747	1182
Painel	2238	2384	622	824	1616	1560
Palmeira	1622	2133	607	771	1015	1362
Rio Rufino	2033	2414	308	553	1725	1861
São Joaquim	22295	22836	14722	16129	7573	6707
São José do Cerrito	11204	10393	1808	2152	9396	8241
Urubici	9539	10252	5213	6661	4326	3591
Urupema	2691	2527	1187	1185	1504	1342
<b>Total Região</b>	<b>274077</b>	<b>283005</b>	<b>201320</b>	<b>227152</b>	<b>71772</b>	<b>61800</b>

Fonte: elaboração a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD (2000), MATTEI e CAZELLA (2004).



Os baixos índices de desenvolvimento na região são conseqüências de um processo histórico de ocupação territorial baseado em latifúndios e na exploração da mão de obra de baixa qualificação. De acordo com o documento Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável/ MDA/SDT, de 2006, observa-se que na região de Lages “aproximadamente 70% dos estabelecimentos agropecuários possuem menos de 50 hectares, mas ocupam somente 13% da área total. Por outro lado, 30% possuem mais de 50 hectares e ocupam mais de 87% da área do território” (PTDRS/MDA/SDT, 2006: 33).

**Figura 4 – Paisagem típica de áreas reflorestadas com *pinus***



Fonte: Base de dados do autor.

Além dos baixos índices socioeconômicos apontados pela tabela, é importante ressaltar que o Território Serra Catarinense também apresenta graves índices de degradação ambiental causados pela monocultura de *pinus* na região, conhecido como “deserto verde”. Esta região se concentrou na exploração da madeira e papel-celulose a partir da década de 1940, com o primeiro ciclo da madeira e erva-mate, de 1940 a 1970.



**Figura 5 – Reflorestamento de *pinus* implantado na região de Lages**



Fonte: Base de dados do autor.

### **2.3 Caracterização sucinta do Projeto Microbacias II**

O Projeto Microbacias II (MB2) pode ser considerado como um projeto inovador de desenvolvimento territorial sustentável, que objetivava a intervenção nas diversas comunidades rurais e bacias hidrográficas de Santa Catarina numa perspectiva de promoção da sustentabilidade local e da participação dos grupos sociais rurais, em especial, agricultores familiares empobrecidos, mulheres, jovens e comunidades indígenas tradicionalmente excluídos.

Em outras palavras, tratava-se de “contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural de Santa Catarina, através da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, das condições de moradia e estimulando uma maior organização e participação no planejamento, gestão e execução das ações”<sup>24</sup>. Os objetivos específicos seguem descritos abaixo:

1. Diminuir as oscilações dos níveis nos cursos da água
2. Melhorar a qualidade da água
3. Recuperar e conservar a biodiversidade
4. Criar oportunidades de ocupação da mão-de-obra rural

<sup>24</sup> [www.microbacias.sc.gov.br](http://www.microbacias.sc.gov.br)

5. Aumentar a apropriação pelos agricultores familiares do preço final dos produtos e serviços
6. Incentivar a melhoria dos sistemas de produção agrícola
7. Melhorar as habitações rurais
8. Melhorar o saneamento ambiental nas propriedades agrícolas
9. Preparar as pessoas para o enfoque da sustentabilidade
10. Aumentar e melhorar os espaços de participação social

O Microbacias II trabalha com base na perspectiva construtivista, integrando as dimensões ambiental, econômica e social, e com a participação interativa dos atores sociais locais. Em relação à dimensão ambiental, o projeto tem dado maior atenção à melhoria da qualidade da água, através da diminuição da contaminação por agrotóxicos, do manejo correto dos dejetos humanos e animais e do controle da erosão, do reflorestamento com espécies nativas, da preservação de nascentes e do aumento das áreas de mata ciliar (Cartilha MB2, 2003:13). Está prevista também a implantação de Corredores Ecológicos e Unidades de Conservação, com o intuito de fortalecer a conservação dos principais ecossistemas presentes no estado de Santa Catarina.

Na dimensão social, o projeto busca a participação de segmentos específicos da agricultura familiar, como o atendimento de mulheres, jovens (principais segmentos que migram do meio rural para as cidades) e etnias indígenas. Para tanto, são adotadas metodologias que valorizam o capital humano existente nas comunidades rurais. Além disso, o saneamento ambiental, a reforma de habitações rurais e a ampliação das opções de lazer comunitário vêm sendo incentivados.

Em relação à dimensão econômica, o projeto pretende criar oportunidades de geração de renda, através do incentivo de empreendimentos agrícolas e não-agrícolas de pequeno porte. Busca-se também a agregação de valores e a melhoria da qualidade dos produtos e serviços ofertados pelos agricultores familiares. Isso será realizado através da formação de redes de comercialização, que serão organizadas por associações e/ou cooperativas. Em diversas microbacias verificamos experiências de organização de cooperativas. Estas, geralmente,

são formadas com as mais diversas finalidades, entre as quais: organização, armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção agrícola, pecuária e florestal; aquisição coletiva de insumos, maquinários e equipamentos; prestação de serviços aos associados, incluindo assistência técnica, econômica, comercial,



administrativa e financeira; captar recursos de diversas fontes financeiras; realizar parcerias para a viabilização de ações que promovam o desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais; promover o cooperativismo e o associativismo entre os associados e nas comunidades envolvidas.<sup>25</sup>

As atividades desenvolvidas estão sendo orientadas para a construção do desenvolvimento rural sustentável e para a autogestão comunitária<sup>26</sup>. Para aumentar o protagonismo das famílias rurais no projeto, os beneficiários participam das Associações de Desenvolvimento das Microbacias (ADMs). Desta forma, para cada representante das entidades executoras nos organismos de gerenciamento existe um representante das associações de microbacias. Neste sentido, os beneficiários do Microbacias 2 são “representados na Câmara Setorial de Microbacias, dentro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, bem como na Comissão Coordenadora Regional e na Comissão Coordenadora Estadual. Todos estes organismos de representação terão caráter deliberativo, decisório” (Cartilha Microbacias 2, 2003: 18).

O projeto leva em conta o atendimento de cerca de 105 mil famílias de pequenos agricultores, distribuídos em 879 bacias hidrográficas, o que representa 52% das bacias hidrográficas do estado de Santa Catarina. O projeto conta com o recurso financeiro de US\$ 107,5 milhões, sendo 59% financiado pelo BIRD e 41% de contrapartida do Estado de Santa Catarina (no período de 2002 a 2008). Os executores do projeto são: a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural - SDR (Coordenação), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - Icepta e a Fundação do Meio Ambiente – Fatma.

O Projeto incorpora os resultados alcançados e as experiências positivas do Microbacias I, no âmbito da conservação dos solos e dos recursos hídricos. Os resultados do Microbacias 1, executado no período de 1989 a 1999, mostram que, “embora se tenham registrado grandes melhorias na situação ambiental das áreas trabalhadas e aumento de

<sup>25</sup> Cartila “Construindo a Auto-Gestão Comunitária com a Associação de Desenvolvimento da Microbacia”/ Concepção e texto: Valmir Stropassolas. Secretaria Executiva Estadual do PRAPEM/MICROBACIAS 2. Florianópolis, 2007, p. 19.

<sup>26</sup> “Auto-gestão comunitária é um processo participativo pelo qual a comunidade consciente da sua história e realidade de forma organizada, autônoma e comprometida, exerce seu poder de decisão, respeitando as individualidades, na construção de seus objetivos comuns”. De acordo com a Cartila “Construindo a Auto-Gestão Comunitária com a Associação de Desenvolvimento da Microbacia”/ Concepção e texto: Valmir Stropassolas. Secretaria Executiva Estadual do PRAPEM/MICROBACIAS 2. Florianópolis, 2007, p. 04.



produtividade das principais atividades agrícolas, houve uma diminuição na renda dos agricultores”<sup>27</sup>. Neste sentido, o Microbacias II concentra os esforços na busca do aumento da renda das famílias atendidas: “na primeira etapa do projeto, portanto, ficou em foco a inclusão social, com ações de *desenvolvimento territorial sustentável*, capacitação e organização do agricultor familiar. Na segunda e atual, as ações foram centradas na geração de renda e na construção de novas parcerias” (2007: 05).<sup>28</sup>

Mais especificamente, em relação ao Território Serra Catarinense, até dezembro de 2007 foram beneficiadas cerca de 14,9 mil agricultores familiares. Os investimentos alcançaram a cifra de R\$ 11,5 milhões, sendo R\$ 8,3 milhões para a SDR de Lages (beneficiando cerca de 10,3 mil agricultores familiares desta SDR) e R\$ 3,2 milhões para a SDR de São Joaquim (beneficiando cerca de 4,6 mil agricultores familiares desta SDR).

Na SDR de São Joaquim foi organizado, em agosto de 2007, um evento na comunidade Santa Isabel, em São Joaquim, sobre novas opções de produção agroecológica, reunindo agricultores, técnicos da Epagri, facilitadores, secretários municipais de agricultura de São Joaquim. Neste encontro, foram apresentados relatórios da pesquisa participativa realizada pela Epagri, pelo MB2 e por produtores rurais da região. No dia 4 de janeiro de 2007 foi instalada a unidade para observação da produção agroecológica de batata numa área de dois hectares.

Esta pesquisa provou que a produção agroecológica de batatas pode ser superior à produção convencional. Conforme a Revista da Microbacias 2, de 2007, “depois de testada a resistência da batata agroecológica às pragas e doenças, as variedades Catucha e Clone EEI-004 foram as que obtiveram melhor desempenho. Com uma produção de 30 mil quilos por hectare, superaram inclusive a produtividade convencional da cultura obtida pela agricultura familiar” (2007: 62). Durante o encontro, Zilmar da Silva Souza, pesquisador da Estação Experimental da Epagri de São Joaquim, fez a avaliação de todas as cultivares de batatas pesquisadas. Pedro Boff, pesquisador da Estação Experimental da Epagri de Lages, tratou dos princípios e fundamentos básicos da agroecologia, e Manuel Nascimento Pereira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Joaquim, falou sobre o mercado de produtos orgânicos.

<sup>27</sup> Cartilha “Microbacias 2 – Cultivando a cidadania, a sustentabilidade e a qualidade de vida no espaço rural catarinense”/Concepção e texto: Valmir Stropassolas. Secretaria Executiva Estadual do PRAPEM/MICROBACIAS 2. Florianópolis, 2003, p. 05.

<sup>28</sup> Revista Sustentar o futuro no campo: Microbacias 2. Secretaria Executiva Estadual do Projeto Microbacias 2. Ano II. Número 2. Florianópolis, 2007.

Outro projeto com perfil inovador foi realizado na SDR de Lages com madeiras apreendidas que foram revertidas para a construção de casas populares para famílias de baixa renda. De acordo com o secretário-executivo municipal do MB2, Luiz Tadeu de Souza, as apreensões normalmente são de araucária, canela ou bracatinga, árvores nativas da região serrana. Para receber estas madeiras nobres, na forma de doação, as ADMs (Associações de Desenvolvimento das Microbacias) de Mato Escuro, Rio dos Índios e São Sebastião Canoas foram credenciadas pelo juiz Luiz Eduardo Ribeiro Freyesleben e pela promotora Tatiana Rodrigues Borges. A seleção das famílias beneficiadas é feita em acordo pelos integrantes das ADMs e técnicos da Epagri e do MB2. Segundo Andréia Pires dos Santos, extensionista da Epagri em Palmeira, “a organização comunitária, por meio do Microbacias 2, demonstra que é possível, com criatividade, organização e parceria, levar qualidade de vida ao meio rural” (Revista Microbacias 2, 2007: 51).

Em entrevista realizada em janeiro de 2009, o secretário executivo do MB2, faz uma avaliação do projeto. Responsável por 58 microbacias nos doze municípios que pertencem a SDR de Lages, o secretário admitiu que

...hoje, nas microbacias, é o órgão que tem mais participação efetiva... das famílias. (...) E lá talvez, dentro das microbacias, é que esteja faltando um pouco dessa participação... De mais parceiros na discussão também. Porque as vezes se concentra muito na Epagri, no pessoal técnico das microbacias, ou nas secretarias municipais da agricultura em discussão com as famílias. (...) Mas é uma falha ainda do Projeto Microbacias esta integração com mais parcerias. (...) Não é que não tenha parcerias, na verdade em todos os municípios tem. Mas ainda poderia ser mais forte. Até com a própria comunidade também, despertando mais... e buscar também, e não só ficar esperando.



## CAPÍTULO 3: A COOPERATIVA ECOSERRA



Foto: Cooperativa Ecoserra (a esquerda) e Centro Vianei de Educação Popular (a direita)

A economia solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*. (...) A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., *uma vida melhor* (SINGER, 2002: 114, grifos do autor).

### 3.1 Perfil da Cooperativa Ecoserra

A Cooperativa Ecológica dos Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana (ECOSERRA) foi fundada em dezembro de 1999 no município de Lages, contando com a assessoria do Centro Vianei de Educação Popular para as primeiras reuniões com os agricultores familiares.

Em 1994, já havia sido proposta a criação de uma Cooperativa de Produção e Consumo, com o intuito de aproximar os agricultores ecológicos e os consumidores destes tipos de produtos através de vendas diretas. Como consta do boletim de nr. 45 do Centro Vianei, “um grupo de lideranças rurais e urbanas de Otacílio Costa está pensando num projeto ousado: integrar os produtores e os consumidores do município numa espécie de Cooperativa de Produção e Consumo. O grupo se reuniu por duas vezes onde foram levantados os problemas e potencialidades do município, tanto do ponto de vista de quem produz



(agricultores e pequenos empresários urbanos) como de quem consome (o conjunto da população). A idéia que predomina entre os participantes é de que se deve abrir um espaço de venda direta dos produtores aos consumidores” (COLETÂNEA PIXURUM, 2004: 156).

No ano de 1999, alguns agricultores da região de Lages visitaram algumas experiências em outros estados da região Sul, como a Cooperativa Ecológica Coolméia, em Porto Alegre/RS, a Central Regional de Associações de Produção Agroecológica (CRAPA), em Francisco Beltrão/PR, a Cooperfamiliar, em Chapecó/SC, da Cooperativa de Consumidores Ecológicos de Três Cachoeiras - Coopet, em Três Cachoeiras/RS, e uma loja em Antônio Prado/RS.

De acordo com Hétel dos Santos (2006: 33-34),

em 7 de setembro de 1999, foi realizada a primeira reunião no Bairro Coral. Esta contou com a presença de 30 pessoas. Ao final, foi escolhida uma comissão para encaminhar as decisões tomadas. (...) Mais tarde foram realizadas outras reuniões com os consumidores e com os grupos nos municípios vizinhos e uma pessoa do Centro Vianei foi liberada de suas funções para atuar nessas questões relacionadas à comercialização e a organização do mercado junto da cooperativa.

Segundo ata da Assembléia Geral de Constituição, de 18 de dezembro de 1999, a Cooperativa Ecoserra:

Visa à comercialização de produtos alimentícios agroecológicos, artesanatos e insumos para a produção, transformação e comercialização de produtos, com a finalidade de proporcionar a melhoria da renda dos agricultores e artesãos, bem como oferecer alimentos saudáveis aos associados e consumidores em geral, além da formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo através da ajuda entre os mesmos.

A intenção inicial era reunir numa mesma organização agricultores familiares ecológicos, consumidores desse tipo de alimentos e pessoas que produzem artesanato da mesma região (COLETÂNEA PIXURUM, 2004). Dos objetivos específicos da cooperativa, elaborados em 2000, constam:

a realização de compras coletivas de insumos agroecológicos e outros materiais (desta forma diminuindo os preços uma vez que as compras são feitas em quantidades maiores); busca de comercialização para os produtos agroecológicos (como organização de feiras, intercâmbio entre regiões, venda direta em cestas, etc) garantia aos consumidores de que os produtos adquiridos são de qualidade; divulgação da agroecologia em seminários, meios de comunicação e junto a outros consumidores; apoio na produção de materiais de divulgação e no crescimento da

demanda por produtos agroecológicos na região; negociação para processo de certificação (selo Ecovida); entre outros (COLETÂNEA PIXURUM, 2004: 244).

No início a Cooperativa Ecoserra contava com apenas 35 sócios. Em 2005 esse número saltou para 81 cooperados. No ano passado, 2008, este número atingiu a marca de 356. Atualmente a cooperativa conta com 404 cooperados, dentre artesãos, consumidores e agricultores familiares agroecológicos.

A Cooperativa Ecoserra é constituída por agricultores, artesãos e consumidores distribuídos principalmente no Território Serra Catarinense, no estado de Santa Catarina. Este território é constituído por dezoito municípios, sendo estes: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeiras, Ponte Alta, São José do Cerrito, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici, Urupema e São Joaquim. O Território Serra Catarinense é constituído por duas Secretarias de Desenvolvimento Regionais, a SDR de Lages, com doze municípios, e a SDR de São Joaquim, com seis municípios.

A Ecoserra surgiu da necessidade de organizar o escoamento e a comercialização dos produtos dos agricultores ecológicos da região. Desde o início, o Centro Vianei de Educação Popular contribuiu para o êxito das reuniões de fundação da cooperativa, a exemplo dos diversos projetos desenvolvidos por esta ONG nos dez anos de existência da cooperativa, e da doação do terreno para a construção da sede da Ecoserra. Para a construção da Ecoserra,

O Centro Vianei elaborou um projeto em 2003 no valor de R\$ 199 mil reais junto a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Governo Federal e a Prefeitura de Lages participou com 20% dos recursos, além de recursos próprios da Ecoserra, totalizando aproximadamente R\$ 269 mil reais. Este montante incluiu a compra de móveis, equipamentos, um caminhão, um veículo, e a construção da sede propriamente dita (SANTOS, 2006: 36).

Desde 1983 o Centro Vianei de Educação Popular apóia grupos de agricultores familiares ecológicos da região. Foi uma das primeiras ONGs rurais do estado de Santa Catarina. Trabalha há 26 anos na área de desenvolvimento rural sustentável.

Atualmente, a Cooperativa Ecoserra funciona como uma central regional de comercialização, dispondo de uma central de informações e prestação de serviços técnicos, além de uma central de carregamento e descarga de produtos, para serem comercializados. Cada município, ou bairro, tem suas associações ou grupos de agricultores que são filiados à



Ecoserra a intenção primordial de comercialização era a venda direta aos consumidores. Porém, eles não descartavam outras possibilidades em outros estados.

Atualmente a Ecoserra concentra a maior parte das vendas de seus produtos mediante o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA (mercado institucional) e o mercado atacadista de São Paulo. No ano passado, a Ecoserra comercializou um total de R\$ 1.094.636,00; sendo aproximadamente R\$ 450.000,00 com o mercado atacadista de São Paulo; R\$ 431.636,00 pelo PAA e R\$ 213.000,00 com o Circuito da Rede Ecovida, as feiras livres e as vendas de insumos para os agricultores.

A Ecoserra vem comercializando grande quantidade dos mais variados produtos, o que gera valores monetários significativos. No entanto, a efetividade do processo de comercialização permanece abaixo do desejável. A cooperativa não dispõe atualmente de um vendedor integralmente concentrado na dinamização das relações comerciais. Esta função acaba sendo delegada ao presidente da cooperativa. Conforme técnico da Ecoserra:

A parte de projetos sempre tem gente pra tocar, tanto a campo como na parte financeira. Mas na parte comercial, de compra e venda de produtos... isso ainda está muito a desejar. Mesmo porque a gente não tem um vendedor. Hoje o papel de presidente faz o papel do vendedor. Ele não é um vendedor, ele é um agricultor... ele não tem nenhuma especialidade em vendas. Ele se esforça e faz. Mas, pra ele ser vendedor e presidente... são duas funções muito trabalhosas. Hoje até já existe uma idéia dentro da cooperativa de contratar um vendedor, e realmente fazer a comercialização acontecer (Técnico do Ecoserra).

### **3.2.1 Características do Programa de Aquisição de Alimentos/ PAA**

O Programa de Aquisição de Alimentos/ PAA<sup>29</sup> é uma das ações governamentais de apoio à agricultura familiar que integra o Programa Fome Zero, criado em 2003, tendo como objetivo “assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas e grupos populacionais com dificuldades de acesso aos alimentos, por meio de uma estratégia estimulada pelo Governo Federal, em parceria com outros níveis de governo e sociedade civil” (VICENTE, 2008: 10).

<sup>29</sup> Ver: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>

Este Programa vai além da simples distribuição de alimentos com perfil assistencialista. Contempla a articulação de trinta e uma ações e programas complementares praticados por todos os ministérios do governo (como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos/ PAA). Além disso, atua em quatro eixos prioritários: 1) ampliação do acesso a alimentos; 2) fortalecimento da agricultura familiar; 3) promoção de processos de geração de renda; e 4) articulação, mobilização e controle social.

De acordo com estes quatro eixos prioritários, e a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/MDS (2006), são as seguintes as ações e programas que têm sido implementadas:

### **Transferência de renda**

- \* Bolsa Família

### **Programas de alimentação e nutrição**

- \* Alimentação Escolar (PNAE)
- \* Alimentos a grupos populacionais específicos
- \* Cisternas
- \* Restaurantes populares
- \* Bancos de Alimentos
- \* Agricultura urbana/Hortas comunitárias
- \* Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)
- \* Distribuição de vitamina A (Vitamina A+)
- \* Distribuição de ferro (Saúde de Ferro)
- \* Alimentação e nutrição de povos indígenas
- \* Educação alimentar, nutricional e para consumo
- \* Alimentação Saudável/Promoção de Hábitos Saudáveis

### **Fortalecimento da agricultura familiar**

- \* Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
- \* Garantia-Safra
- \* Seguro da Agricultura Familiar
- \* Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)



### **Geração de Renda**

- \* Qualificação social e profissional
- \* Economia solidária e inclusão produtiva
- \* Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad)
- \* Organização produtiva de comunidades (Produzir)
- \* Desenvolvimento de cooperativas de catadores
- \* Micro crédito produtivo orientado

### **Articulação, mobilização e controle social**

- \* Casa das famílias – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
- \* Mobilização Social e educação cidadã
- \* Capacitação de agentes públicos e sociais
- \* Mutirões e doações
- \* Parcerias com empresas e entidades
- \* Controle social – conselhos da área social

O PAA é uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero. Trata-se de uma iniciativa que complementa o PRONAF, amparando agricultores familiares, bem como, extrativistas, assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra acampados (MST), silvicultores, famílias atingidas por barragens (MAB), aquícultores familiares, comunidades indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e pescadores artesanais, que através de suas associações ou cooperativas são classificados pelo programa como beneficiários fornecedores (VICENTE, 2008).

O PAA foi instituído através do artigo 19 da lei nº 10.696, de 02/07/2003, e tem como finalidade incentivar a produção agropecuária, com o objetivo de que a compra dos alimentos seja da produção da agricultura familiar, promovendo assim geração de renda e trabalho no campo. Estes alimentos são doados para instituições governamentais e não governamentais que atendem as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Estas instituições, na grande maioria dos casos, são instituições públicas, como: hospitais, asilos, escolas, creches, universidades, restaurantes populares, entidades assistenciais, etc.

A Companhia Nacional de Abastecimento/CONAB é a instituição governamental que operacionaliza o programa, e que tem como função credenciar as entidades beneficiadas, que recebem os produtos, assim como as cooperativas e associações de agricultores familiares.

Atualmente o limite máximo de aquisição por família agricultora, infelizmente, ainda é de R\$ 3.500,00 anuais para o PAA doação, sendo que a mesma família pode ter acesso a mais R\$ 3.500,00 através da modalidade formação de estoques, outra modalidade do programa.

Conforme dados da CONAB (2006), do ano de 2003 a 2006 foram aplicados R\$ 531,98 milhões em recursos em todo o país. Isto significa que, neste mesmo período de três anos, cerca de 229.038 famílias em todo o país foram beneficiadas pela venda de seus produtos ao Governo Federal. De acordo com Elaine Vicente, somente na região sul do Brasil “foram beneficiadas 73.304 famílias neste período, o que corresponde a 32% das famílias brasileiras beneficiadas pelo programa” (VICENTE, 2008: 15).

No caso de Santa Catarina, a Ecoserra foi uma das primeiras instituições a operacionalizar o PAA no estado, em 2004. Participaram deste primeiro projeto: 10 municípios, 201 famílias agricultoras agroecológicas, 22 entidades e em torno de 5.822 pessoas foram beneficiadas com o Programa. Este projeto foi no valor de R\$ 491.602,29 e doado às entidades 313.062 kg de alimentos agroecológicos diversos, entre eles estavam o feijão preto, banana, tomate, cebola, aipim, entre outros. Neste projeto a produção dos alimentos se deu nos municípios envolvidos, porém, a doação foi feita somente para entidades do município de Lages (VICENTE, 2008).

O segundo projeto de PAA operacionalizado pela Ecoserra foi realizado em 2005. Ainda segundo Elaine Vicente (2008: 25),

este projeto foi destinado aos agricultores em transição e contou com a participação de 10 municípios e 256 famílias agricultoras em transição. O valor do projeto foi de R\$ 634.804,10, e foram doados 557,201 kg de alimentos em transição, entre eles feijão preto, batata inglesa, tomate, cenoura, cebola, banana, alface, entre outros atendendo por volta de 13.300 pessoas. As entidades beneficiárias também ficaram concentradas no município de Lages.

Ainda no ano de 2005, a Ecoserra passou a desenvolver outro projeto de PAA, complementando o segundo projeto. Trata-se de um “projeto tampão”, contemplando o atendimento a 90 famílias agricultoras agroecológicas, distribuídas em 10 municípios. O projeto contou com o valor de R\$ 222.438,40 e 53 entidades do município de Lages foram



beneficiadas com 184.576 kg de alimentos agroecológicos com grande diversidade, contendo, frutas, hortaliças, massas, grãos, entre outros.

No projeto de 2006, conhecido como PAA-2006/2007, 11 municípios participaram. Desta vez, diferentemente dos dois anos anteriores, cada município teve o seu próprio projeto. Ou seja, cada município teve a sua CPR-Doação (Cédula de Produção Rural) e as entidades locais foram as beneficiárias. Com a entrega local o custo com transporte diminuiu, o produto chega fresco aos consumidores e os agricultores(as) criam uma relação direta com seus clientes. Isso acaba gerando o fortalecimento da produção, do consumo e do próprio desenvolvimento a nível local. A liberação dos recursos, no entanto, atrasou demais. Em março de 2007 a CONAB liberou os recursos para apenas 4 municípios. Os outros 8 municípios receberam seus recursos com oito meses de atraso, em agosto de 2007. Devido a estes atrasos, muitas famílias agricultoras perderam grande parte de sua produção.

Deste projeto de 2006, fizeram parte: 247 famílias agricultoras agroecológicas, que produziram os alimentos, e 88 entidades, que atenderam diretamente 22.502 pessoas, beneficiários consumidores do programa. Este projeto totalizou R\$ 618.279,28 de produtos para a compra antecipada da Agricultura Familiar Agroecológica da região pelo Governo Federal, através da CONAB. Totalizando 394 toneladas de alimentos. Isto significa que o PAA está atendendo – dentre beneficiários consumidores que recebem os alimentos, e famílias agricultoras que vendem seus produtos – cerca de 8% da população de todo o Território Serra Catarinense (VICENTE, 2008). Conforme esta autora, “se desconsiderar o município de Lages onde devido ao grande número de habitantes somente 1,7% da população é atendida pelo projeto, em média 22% da população destes municípios se beneficiaram com o PAA operacionalizado pela Cooperativa Ecoserra em 2006” (VICENTE, 2008: 28). Alguns municípios ultrapassaram esta marca de 22%. É o caso de Urubici, com 34,4%, Celso Ramos, com 30,3%, e Cerro Negro, identificado como um dos municípios mais pobres da região, onde 35,5% da população foi atendida por este projeto.

### **3.2.2 Relações com o mercado atacadista de São Paulo**

Nos primeiros anos, a direção da Ecoserra sentiu necessidade de fortalecer uma rede mais estável de compradores, concentrando esforços na absorção do mercado atacadista de

São Paulo. Desde 1989 já existiam relações envolvendo os pequenos produtores da região serrana catarinense e os consumidores de São Paulo, no âmbito das ações do Centro Vianei para o fortalecimento da comercialização na região (COLETÂNEA PIXURUM, 2004: 12).

Em certas épocas do ano, a Ecoserra já estava comercializando, em 2005, duas cargas de caminhão por semana, o que corresponde cerca de 100 toneladas de produtos por mês com a venda direta aos atacadistas e lojas de São Paulo (SANTOS, 2006). A gestão 2003-2005, da direção da cooperativa, acabou concentrando demais a parte da comercialização da cooperativa no mercado atacadista de São Paulo.

Este mercado distante, no entanto, trouxe diversos problemas para a Ecoserra, como: aumento de gastos com transporte dos produtos, atraso com os pagamentos, excessivos descartes e até mesmo inadimplência. Os pagamentos que deveriam ser quitados em trinta dias, muitas vezes demoraram noventa dias ou até seis meses para serem quitados. Muitos pagamentos não foram realizados até hoje, gerando assim uma dívida alta para a Ecoserra. Isso fez com que alguns agricultores não recebessem seus pagamentos, gerando desestímulo e desconforto interno entre os sócios da Ecoserra, causando até mesmo o afastamento e o desligamento de alguns sócios.

Alguns descartes ultrapassaram à marca de 20% do total dos produtos entregues, montante muito alto. Sendo que, muitas vezes, os comerciantes do mercado atacadista nem mesmo chegavam a devolver os produtos que alegavam ser descarte, para conferência e controle da Ecoserra. De acordo com uma técnica da Ecoserra, “o pessoal de São Paulo, que é pra pagar em trinta dias, acaba pagando em noventa... a gente não tem controle de descarte dos produtos que são descartados. Eles é que dizem quanto foi descartado”.

Outro ponto negativo do mercado atacadista de São Paulo diz respeito ao fato de que eles não aceitam a certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia. Isso exige que a Ecoserra disponha de certificação orgânica por auditoria, gerando assim um desconforto interno entre os agricultores. Pois os primeiros agricultores que começaram a desenvolver práticas agroecológicas na região pertencem ao Núcleo Planalto Serrano da Rede Ecovida de Agroecologia, que defendem a certificação participativa (VICENTE, 2006).

O estreitamento dos vínculos com mercados externos, a exemplo do mercado atacadista de São Paulo, foi importante do ponto de vista da evolução do potencial de comercialização da cooperativa. Hoje em dia, no entanto, este mercado pode e deve ser diversificado, mediante a incorporação de novos mercados locais e regionais, como o Circuito



da Rede Ecovida de Agroecologia (iniciativa recente da Rede Ecovida) e mercados institucionais (como o PAA, a alimentação escolar em escolas públicas, hospitais públicos, universidades, etc). Além disso, estas outras formas de comercialização abastecem as demandas locais e regionais de alimentos, o que não ocorre com o mercado atacadista de São Paulo, por ser um mercado distante.

### 3.2.3 O Circuito da Rede Ecovida de Agroecologia

O Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia funciona como uma distribuidora/coletadora solidária de produtos agroecológicos nos três estados da região sul do Brasil, além do estado de São Paulo. O principal objetivo deste Circuito é incentivar outro estilo de comercialização – pautado nos princípios da economia solidária – que transporte alimentos saudáveis, que tenham origem social, ética e ambiental confiáveis.

Como já foi mencionado acima, a Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar ecológica na região Sul do Brasil, e assim dar maior visibilidade política ao movimento agroecológico nesta região. Atualmente, ela conta com vinte e um núcleos regionais, aglutinando cerca de 200 grupos de agricultores ecológicos, 10 cooperativas de consumidores, 20 ONGs e mais de 100 feiras livres agroecológicas. A Rede abrange 170 municípios espalhados nos três estados da região Sul (REDE ECOVIDA)<sup>30</sup>.

Tendo em vista as dificuldades encontradas para a comercialização de produtos agroecológicos, sobretudo em relação ao transporte dos produtos do meio rural para as cidades, algumas cooperativas, associações e ONGs vinculadas à Rede Ecovida de Agroecologia se articularam conjuntamente para enfrentar estas limitações. A partir disso, o Grupo de Trabalho de Comercialização da Rede Ecovida criou o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. Natal João Magnanti, secretário de administração e finanças do Centro Vianei de Educação Popular, nos relata o início desta experiência:

---

<sup>30</sup> [www.ecovida.org.br](http://www.ecovida.org.br)

Em meados de 2006, a Cooperativa Ecoserra de Lages (SC), a Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra) de Erechim (RS), a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (Aopa) de Curitiba (PR) e a Associação Cooperafloresta de Barra do Turvo (SP) se articularam para desenvolver a proposta de um sistema de comercialização baseado nos princípios da economia solidária e da Agroecologia (MAGNANTI, 2008: 26).

Desde os primeiros intercâmbios do Circuito da Rede Ecovida de Agroecologia, em 2006, foram comercializados aproximadamente R\$ 1,5 milhões e cerca de 831 mil kg de 74 tipos de alimentos (MAGNANTI: 2008). Atualmente o Circuito conta com 13 organizações integrantes, dentre elas cooperativas, associações e ONGs articuladas com o desenvolvimento rural sustentável. Estas 13 organizações se espalham nos três estados da região sul, e no estado de São Paulo, da seguinte forma: três organizações no Rio Grande do Sul, cinco organizações em Santa Catarina, quatro organizações no estado do Paraná e uma no estado de São Paulo (ver tabela abaixo).

**Tabela 4 – Organizações que atualmente integram o Circuito**

São Paulo	Associação Cooperafloresta (Barra do Turvo)
Paraná	Associação de Agricultura Orgânica do Paraná - Aopa (Curitiba), Associação dos Produtores Orgânicos do Médio Oeste do Paraná (Apomop), Cooperativa das Família Agroecológicas - Cofaeco (São Materus do Sul), Associação dos Produtores Ecológicos de Palmeira - Apep
Santa Catarina	Centro Vianei de Educação Popular (Lages), Centro de Estudos e Promoção de Agricultura de Grupo - Cepagro (Florianópolis), Cooperativa Ecoserra (Lages), Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte de Santa Catarina (Comsol), AS-PTA (Porto União)
Rio Grande do Sul	Centro Ecológico Serra (Ipê), Centro de Comercialização de Ipê, Associação Ecoterra (Três Arroios), Centro de Alternativas Populares - Cetap (Passo Fundo)

Fonte: MAGNANTI, 2008: 27.

O Circuito trabalha de acordo com alguns princípios, que o caracteriza de maneira diferente em relação à comercialização convencional de produtos alimentícios. Em relação ao



primeiro princípio, para integrar o circuito é necessário que todos os alimentos sejam agroecológicos, e produzidos de forma ecológica por agricultores que estejam vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia, assim como, que possuam o selo de Certificação Participativa. Para se integrarem ao Circuito, os candidatos precisam se enquadrar na categoria de pequenos e médios produtores agrícolas familiares.

O segundo princípio do sistema do Circuito se refere à co-responsabilidade que todos os participantes do Circuito da Rede têm em relação às mercadorias dos outros produtores de outros locais. Ou seja, as organizações que vendem – sejam elas cooperativas, associações ou agricultores familiares independentes – devem também se comprometer em comprar os produtos do Circuito, com o intuito de que todos sejam beneficiados, não só vendendo seus próprios produtos, mas também ajudando a vender os produtos dos outros participantes do Circuito. Isso também traz a vantagem de uma maior diversidade de mercadorias ofertadas nos mercados locais; como feiras, mercados, consumidores associados à Rede Ecovida, dentre outros. Além disso, esse sistema de co-responsabilidade mútua pelas mercadorias dos diferentes produtores de diversas estações e sub-estações do Circuito propicia uma grande economia nos gastos com frete, uma vez que os caminhões nunca circulam vazios entre as estações.

Além disso, esse sistema de comercialização do Circuito propicia o fortalecimento das feiras locais, com o aumento da variedade de produtos que são recolhidos nos percursos do Circuito. Fortalece também a venda direta dos produtos, cortando assim intermediários, e dessa forma mantendo preços mais acessíveis aos consumidores.

Figura 6 – Mapa de Rotas do Circuito de Comercialização da Rede Ecovida



Fonte: MAGNANTI: 2008, 28.

Até agora o Circuito é constituído por três rotas principais:

- 1- Erechim-Curitiba: tem uma extensão de 1.130 km e envolve 200 famílias agricultoras;
- 2- Lages-Curitiba-São Paulo: tem uma extensão de 2.100 km e envolve 280 famílias;
- 3- Barra do Turvo-Curitiba: tem uma extensão de 300 km e envolve 80 famílias.

Uma quarta rota está em processo de criação, e ligará o Planalto Serrano (Lages), o Alto Vale do Itajaí (Presidente Getúlio) e o Litoral de Santa Catarina (Florianópolis), com extensão de 450 km e cerca de 100 famílias agricultoras envolvidas. Além desta quarta rota do Circuito, que está em fase de implementação, outros núcleos da Rede Ecovida se mostraram interessados em participar formalmente do Circuito.

Outro grande potencial para o Circuito, que ainda está em fase de estudos e implementação, é o projeto de Reciclagem de óleo vegetal, realizado pelo Centro de Estudos e Promoção de Agricultura de Grupo – CEPAGRO – em Florianópolis. Trata-se aqui de uma proposta de reciclagem do óleo de fritura utilizado em restaurantes e casas para uso de



combustível. Este projeto já beneficia alguns maricultores do sul da Ilha de Florianópolis, sobretudo no bairro Tapera. Esta é uma alternativa econômica, ecológica e social: pois corta cerca de 75% dos gastos com combustível, tem como meta a utilização de óleo reciclado – tendo em vista que o óleo de fritura é um grande poluente – e beneficia diretamente pequenos pescadores. A utilização do óleo de fritura como combustível, além de poluir 75% menos que o diesel, também proporciona uma sensível economia de recursos. Um exemplo disso é o maricultor Ademir dos Santos, do Ribeirão da Ilha, que tem um barco adaptado para receber o óleo descartado. “Economizo cerca de R\$ 1.000,00 por mês”, diz Ademir. Além do barco dele, existe também uma Toyota movida a óleo de cozinha, que coleta o resíduo nos estabelecimentos parceiros ([www.cepagro.org.br](http://www.cepagro.org.br)).

Este projeto poderá beneficiar diretamente os agricultores familiares da Rede Ecovida de Agroecologia, visto que o gasto com combustível é um dos maiores entraves para o transporte e para a comercialização das mercadorias. A despesa mensal com combustível para apenas um caminhão da Cooperativa atinge atualmente a cifra de R\$ 5.000,00.

Tendo em vista que o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia se desenvolve a partir de uma proposta de *um sistema de comercialização baseado nos princípios da economia solidária e da agroecologia*, podemos concluir que este Circuito supera a visão convencional de comercialização e transporte de alimentos, pautada numa lógica produtivista.

Se levarmos em conta os dois princípios básicos que são desenvolvidos pelo Circuito, constata-se uma certa coerência de percepções e valores entre estes agricultores familiares agroecológicos. Eles estão preocupados não somente com a produção e a comercialização de seus produtos; suas ações revelam uma outra maneira de produzir alimentos, mediante o emprego de ecotécnicas.

O segundo princípio do Circuito – o de co-responsabilidade de compra e venda dos produtores do Circuito – nos mostra como a *união* entre estes produtores potencializa valores de cooperação e consumo consciente ecológico e solidário, de acordo com os princípios da Economia Solidária e da Agroecologia; viabilizando assim um outro estilo de comercialização, *rumo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável*.

## CAPÍTULO 4 – O PONTO DE VISTA DOS ATORES LOCAIS ENVOLVIDOS NA REDE AGROECOLÓGICA

### 4.1 O perfil dos associados da Cooperativa Ecoserra

As respostas ao questionário aplicado aos associados da Ecoserra oferecem uma imagem do perfil desses agricultores, do seu envolvimento com a cooperativa e do acesso a linhas de crédito e assessoria técnica. Das 13 perguntas do questionário, as 5 primeiras dizem respeito ao histórico de vida dos agricultores. Da questão 6 a 10 as perguntas se concentram mais em relação ao envolvimento dos agricultores com a Ecoserra. A questão 11 busca saber a porcentagem dos agricultores da cooperativa que recebem algum tipo de crédito. As duas últimas perguntas (12 e 13) dizem respeito à relação dos agricultores e da Ecoserra com a Epagri, e quantos deles recebem assessoria técnica de extensionistas da Epagri.

Ao todo foram aplicados 38 questionários, com agricultores, artesãos e consumidores (o que representa uma amostra de 9,4% dos associados da cooperativa) dos seguintes municípios: Alfredo Wagner (2), Anita Garibaldi (3), Bocaina do Sul (1), Bom Retiro (3), Celso Ramos (1), Cerro Negro (5), Otacílio Costa (7), Correia Pinto (1), São Joaquim (3), São José do Cerrito (7), Três Arroios, Rio Grande do Sul (1), Urubici (3) e Urupema (1).

Foi possível concluir que a grande maioria dos agricultores nasceu e se criou no campo. Dos 38 sócios que responderam o questionário, oito admitiram que trabalham como produtores agroecológicos há mais de dez anos (20% dos entrevistados), doze deles entre 5 e 9 anos (30%) e quinze há menos que 5 anos (40%). Isso demonstra que um número significativo de novos associados ingressou recentemente na cooperativa.

**Tabela 5** – Tempo de envolvimento dos associados da Ecoserra com produção agroecológica

Tempo produzindo agroecológico	10 anos (ou mais)	De 5 a 9 anos	Menos de 5 anos
Número dos agricultores	8	12	15
Porcentagem (%)	20	30	40

Fonte: primária.



As motivações apontadas para o ingresso na modalidade de agricultura ecológica foram as seguintes (por ordem crescente): (i) preocupação com os riscos de contaminação por agrotóxicos, (ii) busca de melhores condições de saúde por meio de uma alimentação mais saudável, (iii) preservação do meio ambiente, e (iv) busca de maior rentabilidade na produção.

Cerca de 60% dos sócios da Ecoserra (23 dos entrevistados) decidiram entrar para a cooperativa com o objetivo de ampliar a comercialização da produção. A grande maioria deles (85% dos entrevistados) afirma que a venda de seus produtos melhorou muito após o seu ingresso na cooperativa. Ao mesmo tempo, mesmo reconhecendo a melhoria das vendas, cerca de 30% dos sócios entrevistados apontaram problemas referentes aos prazos nos pagamentos.

Em relação às sugestões para a melhoria da cooperativa (ver anexo 1), os entrevistados indicaram vários itens, relacionados a seguir por ordem decrescente de importância.

**Tabela 6 – Sugestões dos associados**

<b>Sugestões dos entrevistados</b>	<b>Número de sócios entrevistados</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Melhorar a comercialização	6	16
Mais assistência técnica aos agricultores	5	14
Mais participação dos sócios	4	10
Mais vendas locais e na região	4	10
Solucionar as dívidas da cooperativa	4	10
Melhorar pontualidade para pagar os sócios	2	5
Outras respostas	8	21
Não responderam esta questão	5	14
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>100</b>

**Fonte:** primária (os números referentes à porcentagem foram arredondados para facilitar a apresentação).

Dos 38 entrevistados, 24 fazem parte de pelo menos uma linha de crédito do PRONAF, o que representa cerca de 65% dos entrevistados. Isso significa que aproximadamente um terço dos associados da Ecoserra ainda não recebe nenhum tipo de linha de crédito.

Apenas 4 dos entrevistados disseram que recebem assistência técnica de extensionistas da Epagri (o que representa apenas 10% dos associados da Ecoserra). A maioria dos entrevistados, 60%, disseram que não recebem assistência técnica da Epagri. Trinta por cento (30%) dos entrevistados não responderam esta questão.

#### **4.2 Entrevistas com a direção da Cooperativa**

Em relação à *dinâmica produtiva e comercial* da Ecoserra, os entrevistados relataram que existiu uma carência na parte da comercialização e da divulgação da cooperativa<sup>31</sup>. Até aquele momento, o presidente da Ecoserra acabava desempenhando o duplo papel de presidente e vendedor da cooperativa. De acordo com um dos entrevistados, técnico da Ecoserra: “Hoje o papel de presidente faz o papel do vendedor. (...) Mas, pra ele ser vendedor e presidente... são duas funções muito trabalhosas. Hoje até já existe uma idéia dentro da cooperativa de contratar um vendedor, e realmente fazer a comercialização acontecer”.

Apesar das dificuldades de comercialização, a cooperativa tem ampliado suas vendas através dos PAAs<sup>32</sup>, elaborados e executados em parceria com a CONAB. Em 2004 a Ecoserra realizou um dos primeiros PAAs do estado, no qual envolveu 22 entidades, 10 municípios, 201 famílias agricultoras agroecológicas e cerca de 5.822 pessoas. Este primeiro projeto fechou no valor de R\$ 491.602,29. As entidades beneficiárias receberam 313.062 kg de alimentos agroecológicos diversos. Desde 2004, a quantidade de projetos e recursos vem aumentando, consolidando assim a parceria entre a cooperativa e a CONAB/MDS. O Programa de Aquisição de Alimentos/PAA, além de fortalecer a agricultura familiar, promover trabalho e renda no meio rural, ampliar o acesso dos alimentos às populações em situação de risco; estimula também outros agricultores familiares a se inserirem no programa, fazendo com que eles busquem se associar às cooperativas, associações, ou grupos de

---

<sup>31</sup> Na época que as entrevistas foram realizadas a Ecoserra ainda não tinha ninguém que se ocupasse exclusivamente das vendas da cooperativa. Atualmente este cenário mudou, pois um vendedor já foi contratado.

<sup>32</sup> Ver pág. 53. Capítulo 3, sessão 3.2.1.



agricultores, para terem acesso ao programa. Segundo membro da Ecoserra, um dos aspectos que mais influenciam atualmente a entrada de novos sócios na cooperativa é justamente o PAA:

Em relação a avanços da cooperativa... é que a gente está cada dia com mais gente que procura, como sócios dos grupos... mas gente quer entrar.. Mais pessoas estão interessadas em agroecologia... como produzir, como fazer... (...) O PAA também é um avanço dentro da cooperativa, porque a grande maioria dos agricultores que querem iniciar um processo agroecológico é para entrar no Programa de Aquisição de Alimentos... a grande maioria. Muitos que vem aqui, interessados em como produzir, é porque tem interesse em participar do PAA. Principalmente o PAA da cooperativa, que até hoje sempre deu certo... e é ecológico. E muita gente que estava envolvida com o PAA do estado, no ano passado... eles vem participar do PAA da cooperativa porque tem dado mais certo. Os agricultores têm recebido, tem se organizado... o último PAA que a gente escreveu, que é pra este ano, foi de mais de 900 mil reais... quase um milhão de reais. (...) Ele já foi aprovado, mas o dinheiro não foi liberado. E pela conversa que já se teve com a CONAB, esse dinheiro, bem provável que vai ser liberado... do meio do ano pra frente. O que é um problema, porque os produtores estão em plena safra, e querem vender seus produtos agora. (...) Tem muita gente que só comercializa pro PAA. Principalmente as pessoas que estão iniciando o processo ou estão no meio do processo agroecológico (Membro da Ecoserra).

Outro mercado importante relatado pelos entrevistados, alternativo ao mercado atacadista de São Paulo, é o mercado do Circuito da Rede Ecovida de Agroecologia<sup>33</sup>. O Circuito trabalha de acordo com os princípios da Economia Solidária, e funciona como uma distribuidora de produtos agroecológicos nos três estados da região sul do Brasil, mais o estado de São Paulo. Desde o início desta experiência, em 2006, já foram comercializados 831 mil kg de 74 tipos de alimentos agroecológicos, representando um montante de aproximadamente R\$ 1,5 milhões.

A Ecoserra tem mantido boas parcerias com instituições externas, através do governo estadual, do governo federal e até mesmo com entidades internacionais, como é o caso da Misereor. Há convênios com o MMA, o MDA/SDT, o MAPA e o MSD/CONAB. Desde 2004, com o primeiro PAA operacionalizado pelo Ecoserra, a cooperativa vem estabelecendo boa parceria com a CONAB.

Em relação às parcerias locais, a Ecoserra estabelece boas relações com algumas entidades, como o CODETER, a Amures, com alguns escritórios da Cresol, diversos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (em quase todos os municípios do território a Ecoserra

---

<sup>33</sup> Ver pág. 59. Capítulo 3, sessão 3.2.3.

tem apoio e parcerias dos sindicatos) e algumas prefeituras, que ajudam grupos de agricultores da cooperativa, através de convênios com Casa Familiar Rural, com o transporte dos produtos, dentre outras formas. As relações/parcerias com a Epagri, no entanto, ainda são relações pontuais, com apenas alguns técnicos de alguns escritórios locais. De acordo com entrevista:

A Epagri... A gente tem relação com alguns escritórios. A gente tem uma boa relação com Bom Retiro, com o escritório local de lá... São Joaquim... está tendo uma boa relação com São Joaquim. Depende muito dos profissionais que estão envolvidos, e que tem vontade de fazer as coisas juntos. Então, é um pouco isso... tudo depende muito das relações com alguns escritórios locais. (...) mas, o que ocorre muitas vezes é assim... o problema é... daqui a pouco, o pessoal, no primeiro ano que vem... o grupo já tem dez anos de história. O pessoal vem um ano, pra iniciar uma pesquisa... nos primeiros seis meses que estão trabalhando já botam uma matéria no jornal dizendo que só eles que fizeram. Por isso que a gente fica... Assim, tudo bem, pode publicar... mas fala de todo mundo, né... (...) uma coisa que já foi construída, com trabalho do grupo, de outras entidades que assessoraram... (Membro da Ecoserra).

Outro problema apontado nesta entrevista é que, na maioria das vezes, os recursos são repassados individualmente para os pequenos agricultores, ao invés de serem repassados em grupos de agricultores, organizados em associações, cooperativas, ou mesmo em grupos informais de pequenos agricultores. A dimensão do grupo no repasse dos recursos é fundamental para o real empoderamento e desenvolvimento das populações locais. Muitas vezes a quantidade de recursos financeiros investido nos projetos é menos importante que a metodologia como estes recursos são distribuídos (YUNUS, 1997).

Muitas vezes a gente organiza um grupo, lentamente... ai, o que acontece... daqui a pouco vem um projeto do Microbacias... e acaba meio que desmontando o grupo... que tinha uma proposta alternativa... coloca tantos mil reais pra cada um... o agricultor pensa, se eu já estou ganhando dinheiro com isso aqui, pra que que eu quero me envolver com reunião, aprender isso, aprender aquilo... com esse tipo de projeto acaba desmontando. Primeiro bota o dinheiro, e não discute a parte organizacional, a parte de acesso à políticas. (...) Algumas vezes, veio primeiro o dinheiro, pra depois pensar em organizar... na individualidade. (...) Isso até dá algum resultado na hora... no primeiro ano, com participação do pessoal. Mas é um ano, depois some todo mundo. A hora que esgota a fonte... de arrecadar dinheiro... é uma lógica assim, quem arrecada mais (Membro da Ecoserra).

Os entrevistados também colocaram os benefícios que o PAA trouxe para a cooperativa e para diversas famílias de pequenos agricultores da região. Só no ano de 2006, cerca de 22% da população dos municípios do Território Serra Catarinense se beneficiou com



o PAA operacionalizado pela Ecoserra. Atualmente o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA pode ser considerado um dos melhores programas sociais do governo, que amplia o acesso dos alimentos às populações em situação de risco, fortalece a agricultura familiar, promove trabalho e renda no meio rural, propiciando assim o desenvolvimento local nos territórios rurais. Este programa foi elaborado pelo governo federal em 2003, junto com o Programa Fome Zero, para que cada estado apoiasse o programa e para que este fosse executado em todos os municípios de cada estado. A Epagri, no entanto, realiza poucos projetos do PAA no Território Serra Catarinense, tanto nos escritórios locais de cada município, como nos escritórios regionais. Levando em conta a estrutura desta empresa, poderia haver mais realização de projetos do PAA. De acordo com técnico da Ecoserra:

O PAA desenvolve a comunidades... as pessoas produzem agroecológico e entregam no próprio município. (...) Existe a necessidade de políticas desse tipo... não é assistencialismo, vamos pagar, subsidiar... não. É o início de um processo... um empurrão. (...) Até agora eles [a Epagri] não conseguiram acabar de operacionalizar os projetos deles. Eles não tem muitas organizações com os agricultores, não têm grupos formados... até hoje eles não conseguiram terminar de operacionalizar o PAA deles de 2004. Tanto é que este ano, de 2009, não vai ter "PAA do estado"... como é conhecido né, PAA que a Epagri administra. (...) O que eu soube é que a própria Epagri não quer operacionalizar o PAA... não consegue e não quer... (...) Não sei porque... eu acredito que é porque eles não tem condições de operacionalizar todo esse dinheiro... eles não tem organização de agricultores, não tem técnicos afim de trabalhar com isso... não é difícil, mas é trabalhoso. Tem que prestar conta, tem que reverter produtos, tem que ver a aceitabilidade, tem que entregar quinzenalmente, tem que estar orientando os agricultores. Não é difícil, mas é trabalhoso. (...) é uma política federal que os estados têm que estar apoiando, e a Epagri, que tem um escritório por município... era pra ter um PAA por município... não só agroecológico, mas da agricultura familiar em geral, convencional ou não... tem que fazer esse PAA acontecer. O PAA tem que virar uma política... e ainda é um plano de governo. (...) Não é nada novo... o governo sempre doou alimentos para as instituições... escolas, hospitais, instituições carentes... essa doação sempre aconteceu. (...) Mas que vinha de longe... de São Paulo, lá de Minas. Que não tinha um envolvimento local. (...) o PAA, mais do que distribuir comida para instituições carentes, é desenvolver o local... pra desenvolver a localidade rural. O PAA é um estímulo pro povo que está no campo... tem gente voltando. Tem gente que estava pensando em ir embora e não foi mais (Técnico da Ecoserra).

Na terceira etapa das entrevistas, sobre o *fortalecimento do arranjo produtivo agroecológico*, questionou-se qual a percepção dos entrevistados sobre a Cooperativa Ecoserra, se esta ainda deve ser considerada uma iniciativa frágil e instável, com uma baixa adesão dos agricultores familiares da região, ou se a cooperativa já pode ser considerada uma experiência bem consolidada. Foi colocado que em alguns aspectos a Ecoserra ainda é frágil, mas em outros ela vem se consolidando cada vez mais.

Depende muito daquilo que tu vai contar... ela [a Ecoserra] é forte em algumas coisas, e em outras coisas ainda não é bem consolidada. Por exemplo, se olhar essa coisa da divulgação, ela não é nem um pouco consolidada. Muitas pessoas não conhecem... é um ponto fraco que tem. Tem outras coisas que são pontos fortes... por exemplo, a questão... o próprio número de sócios... se não fosse importante não aumentaria o número de sócios todo mês. Essa relação estabelecida com o mercado institucional... isso faz com que a cooperativa seja forte. Porque, hoje não são todas as cooperativas e associações que conseguem contratar, como nós já contratamos mais de 2 milhões em PAA. (...) Essas coisas fazem da cooperativa uma iniciativa forte, consolidada. Mas tem pontos fracos, tem problema de divulgação, ela tem problemas de instabilidade financeira. Porque ela vem de outras gestões com problemas... da gestão anterior... problema de má administração. Então... são várias coisas. Ai depende do que a gente for falar... (Membro da Ecoserra).

Quando perguntado o que seria importante para a ampliação do número de agricultores agroecológicos na região, e também mais especificamente em relação à Ecoserra, foi indicada a importância de se ampliar parcerias com entidades locais, como a Epagri local e regional de Lages e a Secretaria da Agricultura de Lages. De acordo com a entrevista: “uma parceria com o setor público poderia aumentar o número de produtores agroecológicos... porque eles têm recursos que garanta. Nós não temos, nós trabalhamos com projetos... se tiver projetos tem alguém a campo fomentando, se não tiver... não tem. (...) Seria importante.” A importância da divulgação da Cooperativa Ecoserra na região foi reforçada novamente pelo entrevistado.

#### **4.3 – Entrevistas com técnicos do Centro Vianei**

Em relação à *dinâmica produtiva e comercial* da Ecoserra, os entrevistados colocam que houve avanços na parte da comercialização da Ecoserra. No ano passado o volume de comercialização superou o valor de 1 milhão de reais, volume significativo de comercialização. Isso se deve muito à ampliação da parceria entre a Ecoserra e a CONAB, através das vendas pelo PAA. As principais dificuldades são: o mercado atacadista distante (com alto volume de descartes de produtos e atrasos nos pagamentos), e os altos impostos que a cooperativa paga ao governo.

A Ecoserra surgiu de uma necessidade histórica de comercialização de produtos agroecológicos na região. No princípio foi necessário conquistar novos mercados, inclusive se



inserir no mercado atacadista de São Paulo, que não era o desejo inicial da cooperativa, por ser um mercado distante. De acordo com técnico do Centro Vianei:

A Cooperativa Ecoserra surgiu de uma necessidade na parte da comercialização de uma forma geral, mas principalmente da produção agroecológica... que acontece aqui na região já há alguns anos. Então, ela tem um processo histórico. Dá pra se dizer que aqui na região começou este trabalho há aproximadamente... uns 20 anos já. E que sempre tinha a problemática de organizar o processo comercial... e a cooperativa surgiu em torno desta necessidade, lógico que com bastante dificuldade inicialmente. Porque dá pra se dizer que foi uma iniciativa bem pioneira... porque entrar no mercado, e disputar espaço com produtos, e você se articular, da forma como a gente busca, dentro de um processo de cooperativismo mesmo, de organização, não é uma questão muito simples. (...) A cooperativa passou por vários estágios... evoluiu bastante. Ela iniciou com um número reduzido... principalmente focado em determinado mercado, o mercado de feiras. Ai depois... com um volume maior, um mercado que a gente sempre dizia que era um mercado que nós tínhamos, mas nós não queríamos... que é o mercado atacadista (Técnico do Centro Vianei).

A Ecoserra e o Centro Vianei vem mantendo boas relações com instituições externas, como a CONAB, o governo estadual, o governo federal e até mesmo entidades internacionais, como é o caso da Misereor. Desde 2004, com o primeiro PAA operacionalizado pelo Ecoserra, a cooperativa vem estabelecendo boas relações com a CONAB/MDS. O volume de projetos e recursos vem aumentando a cada ano, estabelecendo assim uma boa parceira com esta entidade.

As relações do Centro Vianei e da Ecoserra com a Epagri, historicamente trás lembranças de conflito, onde não havia parcerias. Isso se deve ao fato de que, na década de 1980, as ONGs se posicionavam contra o governo, se opondo ao modelo de desenvolvimento apoiado por este (ANDION, 2007). Atualmente este cenário mudou, as relações locais e as parcerias do Centro Vianei e da Ecoserra com a Epagri vem melhorando, embora ainda haja um sentimento de disputa, na maioria das vezes, por parte dos extensionistas que executam os projetos. Conforme o coordenador de projetos do Centro Vianei e articulador do Colegiado de Desenvolvimento Territorial de Santa Catarina (CODETER<sup>34</sup>): “Do ponto de vista institucional a gente vê na Epagri um parceiro com um potencial muito grande, muito forte... e quem deve estar fazendo a massificação desta proposta”. Algumas prefeituras também vêm ajudando alguns grupos de agricultores da cooperativa, com o transporte dos produtos, através de convênios com Casa Familiar Rural, dentre outras formas.

---

<sup>34</sup> Ver capítulo 2, sessão 2.1 pág. 34 ([www.amures.org.br](http://www.amures.org.br)).

Um bom espaço de diálogo entre as instituições locais que trabalham com agricultura familiar e/ou agroecologia é o CODETER da Serra Catarinense<sup>35</sup> – constituído por 116 membros titulares e 80 membros suplentes, entre entidades governamentais e entidades da sociedade civil. Este espaço é frequentado por membros das Epagris locais, da Epagri regional de Lages, da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), da Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA, do Centro Vianeí, da Ecoserra e de outras entidades e organizações da região serrana, que trabalham juntos com o objetivo de elaborar “programas, projetos e ações orientados para o desenvolvimento sustentável do território, de forma democrática, transparente e participativa.”<sup>36</sup> Um bom exemplo do trabalho em parceria destas entidades é o Projeto do Queijo Serrano. O projeto, elaborado pela Epagri, foi discutido no colegiado e redesenhado, abrindo espaço para agricultores familiares. Na região, existem cerca de 250 grandes fazendeiros que produzem queijo em larga escala. No entanto, além destes grandes produtores, cerca de 4.000 famílias de pequenos agricultores desta região dependem da produção de queijo para assegurar sua sobrevivência. Se os objetivos do projeto forem alcançados, o Projeto do Queijo Serrano pode ser considerado o maior projeto social do território. As relações e parcerias da Ecoserra e do Centro Vianeí com a Epagri, no entanto, ainda são fracas, e podem e devem ser ampliadas. Segundo técnico do Centro Vianeí:

(...) não existe uma relação forte com a instituição, mas existe a possibilidade de relações com algumas pessoas... que assumem, digamos assim, uma coordenação... um gerenciamento da instituição... que muitas vezes é possível estabelecer trabalhos que refletem positivamente. Por exemplo, da participação da Epagri nos processos de discussão, desenvolvimento da agroecologia, do público, que era o caso onde o João<sup>37</sup> ou um outro senhor que também sempre vinha nas reuniões aqui, participava de todos os eventos... a possibilidade da gente garantir vaga nos cursos que a Epagri dá (Técnico do Centro Vianeí).

Em relação à terceira etapa das entrevistas, sobre o *fortalecimento do arranjo produtivo agroecológico* e a questão da adesão dos agricultores neste arranjo produtivo, foi colocado que apesar das diversas iniciativas relacionadas às práticas de agricultura familiar e/ou agroecologia na região, quem decide começar ou não a produzir alimentos agroecológicos, se inserir na Rede de Agroecologia do território, ou entrar para a Cooperativa

<sup>35</sup> Outros espaços de desenvolvimento comunitário participativos, semelhantes ao CODETER, que o Vianeí tem parcerias são: o Consórcio Nacional de Segurança Alimentar (CONSAD), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a Comissão de Implantação de Ações Territoriais (CIAT).

<sup>36</sup> [www.amures.org.br](http://www.amures.org.br)

<sup>37</sup> Nome fictício.



Ecoserra, no final das contas, são os próprios agricultores. Não é possível forçar os pequenos agricultores da região a entrar e participar do arranjo produtivo agroecológico. Este processo é lento, e deve ser apoiado e incentivado por programas, projetos e ações das instituições governamentais e não-governamentais. De acordo com o entrevistado:

A gente diz assim: você é agricultor familiar, faz parte do grupo de cooperação, faz parte do núcleo da Rede Ecovida, tem Certificação Participativa, está convertendo a sua propriedade, a sua família inteira participa, seu filho estuda na Casa Familiar Rural, você é sócio da cooperativa de crédito, sócio da cooperativa de comercialização... Então, a gente tem muita coisa acontecendo. Mas a coisa está posta para os agricultores muito frouxa. (...) Mas não tem como estabelecer isso por cobrança. (...) A hora que a coisa tiver visibilidade, e de tudo que aquilo ali representa... e que a gente conseguiu encontrar determinadas fendas e alternativas para os agricultores saírem de relações que historicamente são complicadas, aí eu acho que eles vão vir. (...) [Mas ao mesmo tempo, isso está na medida da possibilidade de você estar acompanhando todo esse processo]. E o processo não é só nosso... o Vianeí se reduziu, tanto por causa da cooperação internacional, como os recursos do governo. Hoje o Vianeí são três técnicos, já foram doze. [Não tem nem condições humanas pra você tocar todo esse processo e fazer essa qualificação que precisa fazer]. Então, assim... todo mundo diz que a Rede no território não passa de 700 famílias. E cobram isso, por que não é mais, por que não é menos. A gente não tem estrutura de 2.500 funcionários que a Epagri tem. A Epagri não assumiu o nosso projeto... politicamente não assumiu, e não vai assumir. [Então não é tão simples assim]. Eu acredito assim... o que a gente tem que construir com os agricultores são os instrumentos. E eles estão percebendo, que na Rede de Agroecologia eles tem uns aos outros, eles tem apoio na comercialização, no crédito, na assessoria técnica... e a gente está conseguindo mostrar que a agroecologia é não só um meio, mas também um modo, e eles querem se inserir nisso. (...) Eu acredito numa articulação de instituições em torno da proposta, que venham a fortalecer ela. Eu acredito nisso. Quer dizer, que outros assumam a agroecologia também como uma bandeira (Membro do Vianeí).

#### **4.4 – Entrevistas com técnicos dos escritórios local e regional da Epagri**

As entrevistas realizadas com técnicos da Epagri se diferenciam das entrevistas realizadas com membros da Cooperativa Ecoserra e do Centro Vianeí na primeira etapa do roteiro das entrevistas. Na primeira etapa, elas dizem respeito às questões socioambientais que marcam a realidade atual do Território Serra Catarinense (ver anexos 3). Já a segunda e a terceira etapa das entrevistas se assemelham ao roteiro de entrevistas realizadas com membros da Cooperativa Ecoserra e do Centro Vianeí.

Em relação às questões de ATER (assistência técnica em extensão rural), mais especificamente sobre assistência na produção de produtos agroecológicos, foi interessante o relato de um técnico da Epagri, que trabalha como extensionista rural no Projeto Microbacias

2 e também é sócio da Cooperativa Ecoserra, através da Cooperativa Econeve de São Joaquim, cooperativa parceira da Ecoserra. Este extensionista dá assessoria técnica a grupos de agricultores familiares que produzem alimentos agroecológicos (em especial morango, maçã e batata agroecológica<sup>38</sup>), vinculados ao Projeto Microbacias e à Cooperativa Econeve/Cooperativa Ecoserra.

Eu trabalho dentro do Projeto Microbacias, que é um projeto maior... é um projeto mais abrangente... uma das linhas de trabalho, que sai das demandas das próprias comunidades é a agroecologia... que a gente tem trabalhado... nós temos um grupo de produção de batata, e tem grupo de produção de morango orgânico também. É pelo Microbacias 2, em parceria com a prefeitura, que nos ajuda neste projeto... a Econeve, o grupo da Ecoserra aqui... e também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais... que são os pioneiros lá... na agroecologia. A gente fez esse trabalho em conjunto... não é nenhuma entidade isolada... é uma turma lá, que se reunião pra trabalhar com isso (Extensionista rural da Epagri e sócio da Cooperativa Ecoserra).

Apesar desta experiência relevante no município de São Joaquim, na maioria dos municípios do Território Serra Catarinense faltam extensionistas capacitados em agroecologia. Um pesquisador da Estação Experimental da Epagri de Lages coloca a problemática da ampliação do desenvolvimento da agroecologia dentro desta empresa. Relata também sobre uma propaganda na televisão, da Secretaria da Agricultura, falando sobre o apoio que esta entidade vem dando aos produtores orgânicos.

A Epagri, enquanto instituição, tem feito uma discussão bastante grande junto ao seu corpo técnico pra ter espaço para a agricultura ecológica... é um grupo que tem crescido nos últimos tempos. Mas, a Epagri em si tem algumas dificuldades para implementar de vez essa idéia de trabalho... nós fazemos parte de um grupo, que está espalhado em várias unidades da empresa, mas sempre tivemos dificuldades pra gente implacar institucionalmente esta idéia. Ultimamente até a própria Secretaria da Agricultura lançou uma matéria de marketing na televisão... de uma forma que o pessoal do interior, que trabalha com agroecologia, não participou da elaboração deste projeto de difusão da agroecologia... de apoio à agroecologia. Se for olhar pela televisão, a Epagri está apoiando a agroecologia no estado, a Secretaria da Agricultura está apoiando. Só que, se você prestar atenção na propaganda, remete para que o agricultor que esteja interessado procure o escritório local da Epagri para discutir agroecologia. Só que é o seguinte, a maioria dos nossos escritórios locais não tem alguém que tem a mínima discussão de agroecologia, como é que eles vão orientar? Ai, o que acaba acontecendo, várias vezes aqui com a gente em Lages, alguns companheiros de escritórios locais dizem: 'vamos lá estação experimental, que tem gente lá que discute agroecologia'. Acabam remetendo pra nós aqui, um serviço que seria do escritório local. (...) E o agricultor vê a propaganda, que remete para o escritório local, chegando lá, a boa parte dos nossos colegas, me desculpe a expressão, mas, são veneneiros... eles estão acostumados a aplicar os pacotões conforme aprenderam na escola. Esse é o dia-a-dia deles (Pesquisador da Epagri).

<sup>38</sup> Ver pág. 43. Capítulo 2, sessão 2.3.



Em relação ao PAA, nenhum dos entrevistados soube informar com precisão quanto está sendo operacionalizado por ano com este programa, em quais municípios, nem com quantas famílias. Apenas um dos entrevistados, coordenador do Projeto Microbacias 2, soube informar que no ano de 2008 a Epagri de Lages acessou aproximadamente R\$ 600.000,00 com projetos do PAA. Deste recurso apenas cerca de R\$ 200.000,00 foi usado com o programa.

Visto que o Território Serra Catarinense possui os maiores índices de êxodo rural do estado, foi questionado as possíveis razões disso, e se existe relação entre o êxodo rural e a monocultura de *pinus* na região. A maioria dos entrevistados não vê relação direta entre o problema do êxodo rural na região e o cultivo da monocultura de *pinus*. Como as perguntas foram perguntas abertas, as respostas foram bastante variadas. Conforme um dos entrevistados, pesquisador da Estação Experimental da Epagri de Lages, o êxodo rural, assim como os baixos IDS, vem de um processo histórico antigo da região, relacionado à divisão das terras em latifúndios, para a criação de gado. De acordo com este entrevistado:

Isso [o êxodo rural] se deve a forma de ocupação da terra. Como é a forma de ocupação da terra no planalto serrano: o fazendeiro, que ele se forma ainda no século passado, com as tropas... ele tem terras, mas ele não mora lá... uns moram lá e outros moram na cidade. Isso trás um ritmo de economia mais lento... não há como negar. (...) Há um certo abandono de reinvestir no meio rural. E o que se deixa de investir no meio rural, se investe no urbano... então se gera emprego na cidade. Com o tempo isso vai gerando uma cultura urbana industrial consumista (Pesquisador da Epagri).

Outro aspecto relevante apontado por outro entrevistado, referente à questão do êxodo rural no território, foi em relação à falta de atividades não-agrícolas para os jovens do meio rural – visto que os jovens são os que mais migram do meio rural para os centros urbanos (STROPASSOLAS, 2006). De acordo com a entrevista cedida pela assistente social, técnica da Epagri: “O sonho de todo adolescente é conhecer a cidade grande e o conforto que a cidade proporciona. O que se coloca na mídia? As pessoas bem sucedidas na cidade... o empresário, o advogado, médico... Quando se pergunta para o jovem... o que ele quer? Diversão, cinema, faculdade...” (Técnico da Epagri).

A segunda etapa do roteiro de entrevistas se refere às *relações interinstitucionais*. Apenas um dos cinco entrevistados considera haver parcerias da Epagri com a Ecoserra (justamente o extensionista rural da Epagri e sócio da Ecoserra). De acordo com este entrevistado:

Existe uma boa parceria. Vamos dizer... a [Epagri] de São Joaquim, que eu faço parte. (...) Eu acho que lá há um entrosamento... em alguns projetos mais, em outros menos. Mas dá pra dizer que com a Ecoserra há um entrosamento sim. Essa batata que nós temos produzido... nós estamos vendendo 100% para a Ecoserra. O morango também, alguma coisa está sendo vendido pela Ecoserra... tem essa parceria (Extensionista da Epagri).

Os demais entrevistados não consideram estas entidades parceiras, mas disseram não ver problema em ampliar relações/parcerias. De acordo com o coordenador do Projeto Microbacias 2, não há conflitos entre estas instituições. Segundo ele, as relações poderiam ser fortalecidas.

A Epagri não tem interferido assim... eu acho... com grupos assim... dizer 'não, não trabalhe com isso'... muito pelo contrário. Eu acho que dá pra trabalhar junto sem problema nenhum. Assim como tem lá em Otacílio Costa trabalhos com... Projetos do Microbacias, trabalham com a Epagri... eu não vejo grandes problemas... poderia, talvez, haver uma aproximação maior em alguns processos de discussão... (...) Assim como tem no Cerrito [município de São José do Cerrito] também o Microbacias... tem pessoas que trabalham com a Ecoserra, e outras entidades... sem problema nenhum. Eu não vejo grandes problemas. (...) Eu não vejo conflitos [entre estas instituições] ... talvez poderia ser fortalecido mais, essa parceria... talvez ela deixe a desejar. (...) Porque eu acho que... se tem instituições que estão trabalhando lá dentro de um mesmo Microbacias, ou com as mesmas famílias, e que venha a somar... não tem porque... barreiras ou restrições... eu pelo menos... não vejo restrição nenhuma. Até pelo contrário, é melhor se tiver mais parcerias lá dentro da Microbacias, incentivando e mobilizando até... participando dos processo de discussão, do que não ter... talvez pudesse ser mais forte... poderia evoluir né, talvez... talvez as vezes há algumas ações isoladas, tanto de um lado como de outro, e que as vezes poderiam somar (Coordenador do Projeto Microbacias 2).

Outro entrevistado, pesquisador da Epagri, colocou a questão das *relações interinstitucionais* como uma questão delicada. Segundo este pesquisador, existe conflitos de interesses entre estas entidades. Coloca uma resistência por parte das instituições que trabalham com agroecologia em fazer parcerias. Ao mesmo tempo, coloca também a dificuldade de se relacionar com a Epagri. O entrevistado aponta problemas de autoria e de vaidade como as principais causas das faltas de parcerias e convênios.

Se for considerar... Em termos de agroecologia, as instituições ainda não conseguem conversar... As vezes as pessoas conseguem conversar... Conseguem trocar informações, trocar idéias... Existe uma aproximação de amizade. (...) Mas sempre houve, assim... Tanto da parte deles [Ecoserra e Centro Vianei], como da parte do pessoal mais da direção regional, da estação [Epagri]... Melindres... Parece que existem melindres que não se consegue efetivar parcerias. (...) Alguns medos que se construiu historicamente de invasão de espaço. E quando se passa a fazer as discussões de projetos e programas... é como tradicionalmente se diz: 'a paternidade



fica questionada... Quem vai ser pai de quem, do que?'... E essas coisas complicam a história. Pessoalmente eu sempre achei isso uma bobagem. Mas eu sinto isso... Sinto que quando se quer dar paternidade às idéias e aos projetos... Sempre dá problema. Eu gostaria de ver isso mudar, eu pessoalmente gostaria. (...) Uma coisa que eu vejo, assim... que existe conflito existe. Porque se não existisse, há muito tempo teria um monte de projetos sendo tocados conjuntamente... Não sou só eu que conheço... outros colegas da empresa, outros colegas da Epagri conhecem pessoas de outras organizações... se relacionam com pessoas de outras organizações. Mas, sempre foi difícil formatar parcerias e projetos. (...) Por exemplo, especificamente em agroecologia, se as instituições tivessem um mínimo de boa vontade pra sentar e fazer um programa de ação, mínimo, onde as vaidades fossem deixadas de lado. Só aí acho que daria pra se fazer um trabalho muito grande na região. (...) Eu estou aberto... Só que a impressão que eu tenho, da vivência que eu tenho, com as outras organizações, é que o status de Epagri estatal, na visão e no discurso destas entidades [entidades que trabalham com agroecologia]... Elas bloqueiam, elas criam barreiras... eu vejo que elas criam barreiras. (...) Se a gente fosse particularizar os técnicos da Epagri, que têm visão agroecológica, estão abertos? Eu diria: sim. Estão abertos pra conversar... eu admito que a empresa [Epagri], ela possui uma maneira de ser que é difícil as vezes se relacionar com ela. Eu critico também isso. Por que? Porque existe algumas incongruências dentro da linha de direção da empresa, que é difícil ser administrada (Pesquisador da Epagri).

Em relação à última etapa da entrevista, este mesmo pesquisador frisou a necessidade de novos convênios e parcerias para que ocorra um *fortalecimento do arranjo produtivo agroecológico* neste território. Segundo ele: “estas outras organizações teriam que repensar um pouquinho a relação com a Epagri também... saber que existem técnicos da Epagri que estão dispostos a fazer a discussão... e aí somar força” (Pesquisador da Epagri). Todos os entrevistados colocaram a importância de fortalecer as relações e parcerias entre estas entidades para ampliar a agricultura familiar agroecológica na região.

A importância da conscientização dos agricultores para a agroecologia foi destacada também pelos entrevistados como um ponto fundamental apontando neste sentido:

Deve ter um trabalho de conscientização dos agricultores... nesse sentido da conscientização que eu falo, é de você explicar realmente para as pessoas o que que é a agroecologia, quais são os princípios da agroecologia. Quando a gente fala de agroecologia, no meu ponto de vista, a gente trabalha com um universo muito grande. E normalmente as pessoas quando falam de agroecologia elas vão mais voltadas pra questão do preço, que é diferenciado do produto convencional. E não é isso... é muito, muito maior a relação...uma relação muito maior do que isso. (...) Primeiro as pessoas mudam pela saúde daquela família que produz, pela saúde daquele agricultor que fica com dor nas costas de tanto pulverizar, pra pessoa que vai comprar aquele alimento, e para o meio ambiente. Essa interação das razões é o que forma o sucesso da agroecologia (Extensionista rural da Epagri e sócio da Cooperativa Ecoserra).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à *dinâmica produtiva e comercial* da Cooperativa Ecoserra, foram constatados problemas referentes ao mercado atacadista de São Paulo. Além de ser um mercado distante, que não fortalece o abastecimento local, foram identificados pontos de estrangulamento nos atrasos nos pagamentos, nos excessivos descartes dos produtos e até mesmo, em alguns momentos, na inadimplência pura e simples. Neste sentido, seria essencial concentrar maiores esforços na abertura de novos nichos de mercado no nível local, a exemplo dos mercados institucionais - em especial o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e o mercado do Circuito da Rede Ecovida de Agroecologia.

Como já foi indicado acima, o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA<sup>39</sup> é uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, objetivando ampliar o acesso dos alimentos às populações em situação de risco, fortalecer a agricultura familiar e promover trabalho e renda no meio rural. Este programa prioriza a distribuição local e regional dos alimentos, fortalecendo assim o abastecimento nas localidades que estes foram produzidos. Desde o primeiro PAA operacionalizado pela Ecoserra, em 2004, a cooperativa já comercializou quase R\$ 2,5 milhões por meio deste programa.

O Circuito da Rede Ecovida de Agroecologia<sup>40</sup> tem como principal intuito incentivar outro estilo de comercialização, baseado nos princípios da economia solidária, que transporte alimentos agroecológicos oriundos da agricultura familiar, de origem social, ética e ambiental confiáveis. O Circuito da Rede Ecovida de Agroecologia abrange os três estados da região sul do Brasil, além do estado de São Paulo, e conta com a participação de 13 organizações integrantes, dentre elas cooperativas, associações e ONGs articuladas com o desenvolvimento rural sustentável.

Atualmente, tanto o Programa de Aquisição de Alimentos/ PAA como o Circuito da Rede Ecovida de Agroecologia podem ser considerados alternativas viáveis de comercialização que favorecem o desenvolvimento local, numa perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável. Dessa forma, deveriam ser ampliados pela Cooperativa Ecoserra, melhorando assim a logística de escoamento dos produtos, visto que a

---

<sup>39</sup> Ver pág. 53. Capítulo 3, sessão 3.2.1.

<sup>40</sup> Ver pág. 59. Capítulo 3, sessão 3.2.3.



comercialização representa um dos maiores obstáculos para a ampliação e consolidação da agroecologia no Território Serra Catarinense e no conjunto do estado de Santa Catarina.

As *relações interinstitucionais* entre a Ecoserra e outras entidades, locais, estaduais e nacionais, de maneira geral vêm se ampliando nos últimos anos. A Ecoserra, juntamente com o Centro Vianeí, vêm mantendo boas relações com instituições externas, como a CONAB, o governo estadual, o governo federal e até mesmo entidades internacionais, como é o caso da Misereor. No nível local, no entanto, as relações/parcerias devem ser ampliadas, sobretudo com a Epagri. Apesar das relações da Ecoserra e do Centro Vianeí com a Epagri terem aumentado nos últimos anos em comparação às décadas passadas – através do CODETER, por exemplo – podemos constatar que atualmente as relações são ainda pontuais, estabelecidas mais com algumas pessoas/profissionais de alguns escritórios locais da Epagri. Seria necessário que elas evoluíssem no sentido da formação de uma parceria efetiva envolvendo instituições com projetos comuns.

Um estreitamento das relações e parcerias entre a Ecoserra e a Epagri seria também muito importante para fortalecer e consolidar o *arranjo produtivo agroecológico* neste território. Desta perspectiva, vale a pena ressaltar que a Epagri dispõe de boa infraestrutura e de um contingente expressivo de funcionários, mantendo alguns projetos voltados para a dinamização da agricultura familiar agroecológica. Ao mesmo tempo, todavia, seus esforços voltados para a capacitação técnica de extensionistas com formação em agroecologia são ainda muito incipientes. Experiências como o projeto do Queijo Serrano (discutido em conjunto no CODETER, e redesenhado, abrindo espaço para pequenos agricultores familiares) são exemplos de como parcerias de projetos e convênios em conjunto poderiam fortalecer a agricultura familiar no Território Serra Catarinense. Este projeto talvez seja considerado como o maior projeto socioeconômico deste território. Neste sentido, é importante reconhecer que a Epagri tem realizado trabalhos sobre agroecologia na área da pesquisa. No entanto, parece evidente a carência de profissionais extensionistas capacitados em agroecologia e dispostos a assumir o desafio de trabalhar diretamente com grupos de agricultores familiares agroecológicos. Visto que a Cooperativa Ecoserra já existe há 10 anos e é a maior cooperativa agroecológica do estado, uma parceria mais consolidada com a Epagri, com projetos em conjunto, só pode ser considerada promissora tendo em vista o *fortalecimento do arranjo produtivo agroecológico* no Território Serra Catarinense.

Outro ponto a ser trabalhado diz respeito à ampliação do número de sócios da Cooperativa Ecoserra. Para isso é necessário manter o estilo de administração descentralizada, através da criação de filiais da Cooperativa em outros municípios. No entanto, seria importante evitar os riscos de uma expansão descontrolada e voltada para o atrelamento ao cooperativismo de base empresarial. Não podemos, em hipótese alguma, esquecer das experiências do cooperativismo rural no estado de Santa Catarina:

A situação atual da agricultura de Santa Catarina reflete a importância que o cooperativismo exerceu na estrutura da economia agrícola do Estado. Dentro de um modelo de crescimento econômico e como instrumento de políticas públicas, as cooperativas exerceram importante papel no processo de modernização da agricultura catarinense e consolidaram um poderoso parque industrial. Hoje, o seu sucesso e gigantismo parecem, no entanto, sua maior fraqueza (SCHMIDT, 2002: 106).

Para que a Cooperativa Ecoserra amplie o número de sócios e continue sendo uma cooperativa autêntica, de acordo com os princípios do cooperativismo – diferente das grandes cooperativas empresariais – é necessário: 1) que a cooperativa continue com um sistema transparente de contabilidade (através de planilhas abertas), de informações e de decisões; e 2) que a direção e o presidente da cooperativa continuem sendo parte integrante da mesma (evitando qualquer tipo de distanciamento entre a direção e os sócios).

A Ecoserra trabalha com o sistema de planilha aberta de preços, onde os sócios decidem os preços dos produtos a ser vendido pela cooperativa. Todos os custos da cooperativa também são discutidos em assembleias e reuniões, como taxas administrativas, impostos, gastos com transporte, etc. Isso faz com que os sócios da Ecoserra vendam sua produção *através* da cooperativa, e não *para* a cooperativa (como geralmente ocorre nas grandes cooperativas empresariais, onde a empresa revende a produção dos sócios, como um intermediário).

Para que uma cooperativa não se descaracterize como tal é fundamental que a diretoria e o presidente acreditem nos princípios do cooperativismo/economia solidária e (neste caso) da agroecologia. É fundamental que a diretoria seja parte integrante da cooperativa, se identificando com os agricultores, artesãos e consumidores (como é o caso do presidente e dos membros da atual direção da Ecoserra, que já faziam parte da cooperativa como agricultores antes de assumir a direção). Numa palavra, a direção da cooperativa precisa estar junto com os sócios. A atuação do Centro Vianei – como instituição que dá assessoria à



Ecoserra – é muito importante também neste sentido, para manter forte e presente os princípios do cooperativismo e da agroecologia<sup>41</sup>.

A baixa adesão dos agricultores da região em relação ao arranjo produtivo agroecológico, deve ser visto, portanto, como uma realidade paradoxal e complexa. Se, por um lado, o número de sócios da Cooperativa Ecoserra corresponde apenas cerca de 4% do número de estabelecimentos rurais pertencentes à SDR de Lages<sup>42</sup>, por outro, a Ecoserra pode ser considerada atualmente como a maior cooperativa agroecológica do estado, e seguramente, uma das maiores do país, além de ser uma experiência autêntica de cooperativismo, que trabalha na perspectiva de um desenvolvimento endógeno no Território Serra Catarinense, de acordo com a concepção de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

O conjunto destas ações – 1) melhorar a parte da logística, referente à *dinâmica produtiva e comercial*; 2) ampliar parcerias, sobretudo as parcerias locais, referente às *relações interinstitucionais*; e 3) ampliar o número dos sócios da cooperativa, com os devidos cuidados, referente ao *fortalecimento do arranjo produtivo agroecológico* – tendem a contribuir para o fortalecimento e a ampliação da Cooperativa Ecoserra, assim como, para o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica em todo o Território Serra Catarinense.

Outro aspecto fundamental para o fortalecimento e o desenvolvimento da agroecologia e da agricultura familiar está relacionado diretamente ao estilo de consumo da sociedade. Todo ato de consumo é, conseqüentemente, um ato político. Em última instância, o poder está nas mãos dos consumidores – pessoas, grupos de consumidores organizados ou o próprio governo. Aos que falam de agroecologia e economia solidária – sejam estes agricultores, consumidores, produtores, tecelões, extensionistas ou pesquisadores – vale sempre lembrar: “seja você mesmo a mudança que deseja ver no mundo” (GANDHI, 1971).

---

<sup>41</sup> Algumas cooperativas que se afastaram do Centro Vianeí, hoje são grandes cooperativas empresariais, com cerca de 5 mil associados, super-salários para a diretoria, sedes em seis municípios, heterogestão e relações verticais.

<sup>42</sup> A Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Lages conta com aproximadamente 10.000 estabelecimentos rurais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRIANO, J. **A Formação de sistemas locais de conhecimento agroecológico na zona costeira centro-sul do oeste de Santa Catarina.** UFSC, 2006.
- ALTIERI, Miguel. (1989) **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** RJ:PTA/FASE.
- ANDION, C. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO.** Tese (Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado Sociedade e Meio Ambiente). UFSC, 2007.
- ARL, V. **Caderno de Formação 01.** Rede Ecovida de Agroecologia, 2007.
- BOFF, L. (2004). **Dignitas Terrae.** Ecologia: Grito da Terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante.
- BURG, I. C. **Plano Safra Territorial do Território do Planalto Catarinense do Estado de Santa Catarina.** COOPERIGUAÇU/MDA. 2005.
- CADERNO da Jornada de Agroecologia: a organização camponesa reconstruindo o sustento da vida e a transformação da sociedade.**
- CAPORAL, F. R. (2006) **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados.** In: Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: 2006.
- CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.** 3. ed. Brasília, MDA: SAF, 2007.
- CAPRA, F. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável.** São Paulo: Cultrix, 2006.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 2006.
- CAPRA, F. **The Hidden Connections.** London: Flamingo, 2003.
- CAPRA, F. **The Turning Point.** London: Flamingo, 1982.
- CATTANI, A. V. (Org). **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CAZELLA, A A (2006) **Contribuições metodológicas da sócio-antropologia para o desenvolvimento territorial sustentável.** In: Eisforia, número especial: Desenvolvimento Territorial Sustentável, conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Ano4 vol. 4. Florianópolis UFSC.
- CAZELLA, A. A. & CARRIÈRE, J, P (2006) **Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial.** In: Eisforia, número especial: Desenvolvimento Territorial Sustentável, conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Ano4 vol. 4. Florianópolis UFSC.
- CAZELLA, A A. (2007) **A multifuncionalidade agrícola e a defesa de subsídios públicos para o desenvolvimento rural.** (revista Marco Social). Rio de Janeiro, vol. 9.



- CAZELLA, A. A. (2007) **Projetos Coletivos, Dinâmicas territoriais e Políticas públicas de desenvolvimento territorial na região serrana de Santa Catarina**. Florianópolis. UFSC.
- DIEGUES, A. C. (2000) Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: A. C. Diegues, **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos Trópicos**. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB.
- DOMINGUES, C. R. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Planalto Catarinense**. MDA/SDT. Lages, 2006.
- Eisforia/ Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. - v.1, n.1(jan./jun.2003). -- Florianópolis: PPGAGR, 2003.
- FAO. **FOME ZERO: Lições Principais**. Documento de Trabalho. Santiago, Chile. 2006. Disponível em: [www.fomezero.gov.br/publicações](http://www.fomezero.gov.br/publicações)
- FREIRE, P. (1979) **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (1996) **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção Leitura).
- FURTADO, C. (2001) *Quando o futuro chegar*. In: I. Sachs *et al* (Orgs) **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- GALTUNG, J. **O Caminho é a meta: Gandhi hoje**. São Paulo: Palas Athena, 2003.
- GANDHI, M. K. (1971) **Minha vida e minhas experiências com a verdade**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro.
- GARCIA, A e PALMEIRA, M. (2001) *Transformação agrária*. In: I. Sachs *et al* (Orgs) **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Agroecologia e Desenvolvimento rural. Conceito de Agroecologia. In: Anais: [cd-rom] conquistando a soberania alimentar / 1. Congresso Brasileiro de Agroecologia, 4. Seminário Internacional sobre Agroecologia, 5. Seminário Estadual sobre Agroecologia, Porto Alegre, 18 a 21 nov. 2003. – Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2003.
- ILLICH, I. (1973) **A Convivialidade**. Lisboa: Publicações Europa-América.
- LISBOA, A. M (2003) **Solidariedade**. In: A outra economia. Porto Alegre:Veraz Editores. Antonio Veraz Cattani (Org.)
- MAGNANTI, N, J. (2008) **Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia**. Revista Agriculturas, v. 5 nº 2. p. 26-29.
- MAGNANTI, N, J. Cartilha **“Rede de Agroecologia do Território do Planalto Catarinense”**/ Elaboração Natal João Magnanti. Lages (SC): Centro Vianei de Educação Popular, 2006.
- MAGNANTI, N, J. **Coletânea Pixurum**. Coordenação Natal João Magnanti. Lages: Centro Vianei, 2004.
- MARX, K e ENGELS, F. :historia/ K. Marx, F. Engels; organizador: Florestan Fernandes; [tradução Florestan Fernandes]. 3. edição. São Paulo: Ática. 1989.

- MORIN, E. & KERN, A. B. (1995) **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina.
- MORIN, E. (2006) **A Cabeça Bem-Feita**. Repensar a reforma, reformar o pensamento. São Paulo: Bertrand Brasil.
- MUSSOI, Eros. Agricultura familiar: reflexão a partir de novas perspectivas. In: VIEIRA et al. **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.
- NASCIMENTO, C. (2003) **Socialismo autogestionário**. In: A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores. Antonio Veraz Cattani (Org.).
- NMD (2006). **Projeto Unicampo**: uma universidade camponesa para a zona costeira centro-sul do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: NMD-UFSC, 2006
- OLIVEIRA, A. B. (1989). **A unidade esquecida homem-universo: uma visão aberta da physis no fim do milênio: abordagem inter-disciplinar para superar epistemologias obsoletas**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- PNATER – POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. MDA/SAF. Brasília, novembro – 2007.
- PUTNAM, R. D. **Capital Social e Desempenho Institucional**. In: Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1993/1996.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. (1992) **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva.
- ROCHA, Jefferson Marçal da, SIMAN, Renildes Fortunato. Agroecologia: um contraponto à produtividade insustentável da agricultura convencional. In: Anais: [cd-rom] / 2. Congresso Brasileiro de Agroecologia, 5. Seminário Internacional sobre Agroecologia, 6. Seminário Estadual sobre Agroecologia, Porto Alegre, 22 a 25 nov. 2004. – Porto Alegre, 2004.
- SABOURIN, Éric. (2002a) **Agricultura Familiar, Coletividades Territoriais e Construção dos Territórios no Nordeste Semi-árido**. In: *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências*. / editores técnicos: Eric Sabourin; Olívio Alberto Teixeira. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. (p. 197-217)
- SABOURIN, Éric. (2002b) **Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial: Conceitos, Estratégias e Atores**. In: *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências*. / editores técnicos: Eric Sabourin; Olívio Alberto Teixeira. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica.
- SACHS, Ignaci. (1986) **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir**. São Paulo: Editora Vértice.
- SACHS, I. (2001) **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras.
- SACHS, I. (2007) **Rumo à Ecosocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez.
- SAMPAIO, C.A. **Planejamento para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso e comparativo de municípios**. Florianópolis: Bernúncia, 2002.
- SANTIN, Laci. **O papel dos sistemas locais de conhecimento agroecológicos no desenvolvimento territorial sustentável: estudo de caso junto a agricultores familiares no**



**litoral centro-sul do estado de Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, UFSC, Florianópolis.

SANTOS, H. L. **Construção Social de Mercado Orgânico: o caso da Cooperativa Ecoserra na Serra Catarinense.** Dissertação (mestrado em Agroecossistemas) UFSC, 2005.

SANTOS, L. C. R. **Normas de Organização e Funcionamento da Rede Ecovida de Agroecologia.** Versão produzida no 3º Encontro Ampliado da Rede Ecovida Lages - 29 e 30 de maio de 2000. 2ª Revisão: 15 de dezembro de 2000.

SANTOS, L. C. R. (Coord.); OLIVEIRA, D. **Caderno de formação em certificação participativa.** Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

SANTOS, L. C. R. **Certificação Participativa em Rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no Sul do Brasil.** 2005.

SCHMIDT, W., Turnes, V. A., Cazella, A., Schmidt, V., Schmidt, W., Gelbcke, D. (2002) **Associativismo e Cooperativismo: O terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense.** In: A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento/ Paulo Freire Vieira, organizador. Florianópolis-SC: APED.

SINGER, P. **Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998

SINGER, P. **Autogestão e Socialismo: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão.** In: O lúdico na cultura solidária/ Paulo de Salles Oliveira (Org.). São Paulo: Ed. Hucitec, 2001.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. (2003) **Economia Solidária.** In: A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores. Antonio Veraz Cattani (Org.).

SINGER, P. (2004) **O novo pensamento econômico socialista.** (entrevista com a Revista Fórum).

STROPASSOLAS, V. Cartilha “Microbacias 2 – Cultivando a cidadania, a sustentabilidade e a qualidade de vida no espaço rural catarinense”/ Secretaria Executiva Estadual do PRAPEM/MICROBACIAS 2. Florianópolis, 2003.

STROPASSOLAS, V. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis, Editora da UFSC, 2006.

STROPASSOLAS, V. Cartilha “Construindo a Auto-Gestão Comunitária com a Associação de Desenvolvimento da Microbacia”/ Secretaria Executiva Estadual do PRAPEM/MICROBACIAS 2. Florianópolis, 2007.

**Sustentar o futuro no campo: Microbacias 2.** Secretaria Executiva Estadual do Projeto Microbacias 2. (Revista) Ano II. Número 2. Florianópolis, 2007.

VICENTE, E. C. **O Programa de Aquisição de Alimentos/PAA operacionalizado pela Cooperativa Ecoserra.** UFSC, 2008.

VIEIRA, P. F, et al. (Orgs.) (1998) **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs.** Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.

VIEIRA, Paulo F. & CUNHA, Idaulo J. Repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA et all. **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

VIEIRA, P. F. (2002) **Repensando a educação para o ecodesenvolvimento no Brasil**. Florianópolis. (Mimeo).

VIEIRA, P. F. e RIBEIRO, M. A (2002) **Políticas Ambientais no Brasil**. (Mimeo).

VIEIRA, P. F. et al. (Orgs.) (2006) **Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil?** In: Desenvolvimento territorial sustentável. Conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. *Eisforia*, 4 (4) – Número especial. Florianópolis UFSC.

VIEIRA, P. F. (2007) **Ecodesenvolvimento: do conceito à ação**. De Estocolmo a Joanesburgo. In: Sachs, **Rumo à Ecosocioeconomia**. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez.

YUNUS, Muhammad. (1997) **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática.

#### **Sites:**

[www.amures.org.br](http://www.amures.org.br)

[www.cepagro.org.br](http://www.cepagro.org.br)

[www.ecovida.org.br](http://www.ecovida.org.br)

[www.epagri.rct-sc.br](http://www.epagri.rct-sc.br)

[www.microbacias.sc.gov.br](http://www.microbacias.sc.gov.br)

[www.fatma.sc.gov.br](http://www.fatma.sc.gov.br)

[www.sds.sc.gov.br](http://www.sds.sc.gov.br)

[www.undef.com.br](http://www.undef.com.br)

[www.mda.gov.br/sdt](http://www.mda.gov.br/sdt)



## ANEXO 1: QUESTIONÁRIO COM OS AGRICULTORES DA COOPERATIVA ECOSERRA

Nome: \_\_\_\_\_  
Município/ local de moradia: \_\_\_\_\_  
Telefone \_\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Tamanho da propriedade: \_\_\_\_\_  
Número de pessoas que compõem a família \_\_\_\_\_  
Área produtiva: \_\_\_\_\_ Principais cultivos/ criações e/ou atividades agro-  
industriais e de prestação de serviços: \_\_\_\_\_ Renda mensal: \_\_\_\_\_

- 1- Há quanto tempo trabalha no campo? E por conta própria?
- 2- Há quanto tempo trabalha como produtor ecológico? Quando foi a primeira vez que ouviu falar de agroecologia?
- 3- Por que passou da agricultura convencional para a agricultura ecológica?
- 4- Por que decidiu produzir alimentos sem uso de produtos químicos?
- 5- Com quem aprendeu a cultivar sem uso de produtos químicos? Que problemas você tem enfrentado na produção?
- 6- Por que decidiu entrar para a Cooperativa Ecoserra? Para que ela serve para o senhor(a)?
- 7- Conhece outros projetos que a cooperativa/ ou o Centro Vianei desenvolvem na região?
- 8- Participa das assembleias/ reuniões da cooperativa? Considera suficiente o número de encontros (assembleias/ reuniões) promovido pela cooperativa? Se sente parte das decisões da cooperativa? Se sente "ouvido" nas reuniões?
- 9- Como você faz para comercializar sua produção? Que problemas costuma enfrentar? Quais são os problemas que você considera mais sérios? A venda de seus produtos melhorou após entrar para a cooperativa?
- 10- O que você espera da Cooperativa? Que sugestões você faria para melhorar a cooperativa?
- 11- Tem recebido alguma(s) linha(s) de crédito? Qual/quais?
- 12- Tem conhecimento dos projetos que tem sido promovidos pela EPAGRI? Pela Prefeitura? Pelo Governo Federal? Sabe como funcionam por exemplo o PAA/ Programa de Aquisição de Alimentos e o PRONAF?
- 13- Como avalia as relações da cooperativa com a EPAGRI e com a Prefeitura? Você recebe assistência técnica de extensionistas da Epagri? Com que frequência?

**ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA COORDENADORES, DIRIGENTES E TÉCNICOS DA COOPERATIVA ECOSERRA E DO CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR.**

Nome: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_ Há quanto tempo? \_\_\_\_\_  
Instituição: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

**I. Questão-norteadora: O que pode ser constatado na região em termos de produção e comercialização agroecológica? (centrado na dinâmica produtiva e comercial).**

- Como você avalia o funcionamento da Cooperativa Ecoserra atualmente? Quais são os principais avanços e dificuldades?
- Qual é a forma que mais se comercializa os produtos? (PAA, Circuito da Rede Ecovida, Feiras...)
- Circuito da Rede Ecovida (Importância da Ecoserra para a Rede Ecovida)
- De que maneira a Cooperativa está se beneficiando das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à agroecologia (a exemplo do PRONAF ou do PAA...)? / Se utiliza bem desses programas?
- Quem produz alimentos agroecológicos na região? Há outras experiências de produção agroecológica na região fora a Cooperativa Ecoserra? (Epagri/ São Joaquim/ morangos).

**II. Questão-norteadora: Como se dão as relações entre a Cooperativa Ecoserra, a Rede Ecovida, o escritório local da Epagri, o Centro Vianei, a Prefeitura, o Governo do Estado e o Governo Federal? Existem projetos que estão sendo realizados em conjunto? Em caso afirmativo, como ampliar essas parcerias – nos níveis local, regional, estadual, nacional? (centrado nas relações interinstitucionais).**

- Como você avalia as relações da Ecoserra e do Centro Vianei com a CONAB, EPAGRI, Prefeitura, Governo do Estado, Governo Federal?
- Existem conflitos de interesse entre as duas instituições? → Epagri e Ecoserra/ Vianei. (É possível considerar a Epagri parceira no desenvolvimento da agroecologia?)
- A Epagri tem programas para o desenvolvimento da agroecologia na região? Quais?
- Relação entre Ecoserra e Centro Vianei.. → ex.: problemas adm., reuniões...



- Existem atualmente Conselhos de Desenvolvimento Comunitário/ Planejamento Participativo em Lages? O Centro Vianeí participa? A Epagri participa? Quais são os atores envolvidos?! Amures/ CODETER/ CONSAD/ CONSEA → *(gestão do prefeito Dirceu Carneiro (1977-1982) ficou conhecida nacionalmente como experiência piloto de Planejamento Participativo para o Desenvolvimento Sustentável municipal).*
- Considera mais importante estabelecer parcerias externas (como Misereor, IAF, MDA...) ou parcerias locais/ internas (como a Amures, CODETER, Epagri da região, etc).
- Considera importante ampliar e consolidar parcerias locais? Mais especificamente, a parceria com a Epagri da região? O que tem sido feito neste sentido? (houve algo no histórico destas duas instituições?)
- relação com universidades

**III. Questão-norteadora: Seria possível atualmente fortalecer o arranjo produtivo agroecológico na região? De que maneira? (centrado no fortalecimento do arranjo produtivo agroecológico).**

- Por que a maior parte dos agricultores familiares da região não está filiada à Cooperativa? → *(só a SDR de Lages tem registrado mais de 10.000 estabelec. Rurais na região de Lages).*
- Considera a Ecoserra uma iniciativa que ainda está começando/ iniciativa frágil? Ou já é uma cooperativa forte/ bem consolidada? (Se frágil) Quais as razões disso?
- Considera importante ampliar o número de agricultores ecológicos na região de Lages? (se afirmativo) O que considera importante ser feito para a ampliação da agroecologia na região?

### **ANEXO 3: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA AGENTES DO SETOR PÚBLICO.**

Nome: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_ Há quanto tempo? \_\_\_\_\_  
Instituição: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

#### **Dados secundários**

Qual a importância da agricultura para o município? Quanto representa na economia do município?

Quais os principais cultivos/criação do município?

Tipo de agricultura predominante (empresarial, familiar, patronal, complementar, subsistência)

Existem agricultores orgânicos? quantos? \_\_\_\_\_

Como eles estão organizados? (sindicatos, cooperativas, associações, etc)

#### **I. Questão-norteadora: Que impactos têm sido produzidos pela agricultura familiar e agricultura convencional/empresarial sobre o meio ambiente e o desenvolvimento da região?**

- Quais os principais serviços oferecidos pelo município ao setor agrícola?
- O município possui técnicos de ATER (assistência técnica em extensão rural)? Estes técnicos dão assessoria à que tipo de agricultores? (agricultura convencional, patronal, familiar) → assessoram na produção de produtos agroecológicos?
- Quais as principais políticas públicas operacionalizadas por esta Epagri? Tem feito PAA? Em que valor? Quantos agricultores foram cadastrados?
- 4. A região de Campos de Lages possui os maiores índices de êxodo rural do estado (na última década, cerca de -3,24% ao ano). Quais são as possíveis razões disso? Enxerga relação disso com o cultivo de pinus?

A Epagri tem programas para o desenvolvimento de agroecologia/ agricultura sustentável na região? Quais? O que existe de produção agroecológica na região?

- Existem atualmente Conselhos de Desenvolvimento Comunitário/ Planejamento Participativo em Lages? Quais são os atores envolvidos? (a Epagri participa? O Centro Vianei participa?) / Amures/ CODETER/ CONSEA/ CONSAD) → *(gestão do prefeito*



*Dirceu Carneiro (1977-82) ficou conhecida nacionalmente como experiência piloto de Planejamento Participativo para o Desenvolvimento Sustentável municipal).*

**II. Questão-norteadora: Como se dão as relações entre a Cooperativa Ecoserra, a Rede Ecovida, o escritório local da Epagri, o Centro Vianei, a Prefeitura, o Governo do Estado e o Governo Federal? Existem projetos que estão sendo realizados em conjunto? Em caso afirmativo, como ampliar essas parcerias – nos níveis local, regional, estadual, nacional? (centrado nas relações interinstitucionais).**

- Considera importante apoiar a agricultura familiar na região? O que tem sido feito neste sentido?
- Considera importante apoiar iniciativas de agricultura ecológica na região? Algo tem sido feito neste sentido?
- Como você avalia as relações entre a Epagri local e regional com a Cooperativa Ecoserra e o Centro Vianei? Considera estas instituições parceiras?
- (Existem conflitos de interesse entre estas instituições?)

**III. Questão-norteadora: Seria possível atualmente fortalecer o arranjo produtivo agroecológico na região? De que maneira? (centrado no fortalecimento do arranjo produtivo agroecológico).**

- Considera importante ampliar o número de agricultores ecológicos na região de Lages?
- (se afirmativo) O que considera importante ser feito para a ampliação da agroecologia na região?
- Algo tem sido feito neste sentido?

#### ANEXO 4: FOTOS DO TRABALHO DE CAMPO



Fotos: estufa de produção de mudas nativas para doação aos agricultores sócios da Ecossera, caminhão da cooperativa, reunião da comissão administrativa da Ecossera e estoque de *pinus* para madeira e papel-celulose



Fotos: canteiros de produção agroecológica, horta mandala e almoço coletivo dos associados da Ecossera.



Fotos: construção de engenho pela AFAOC, família produtora de alimentos agroecológicos, carregamento dos produtos e distribuição do PAA para o município de Lages.